

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RODRIGO GERUNDO CAVALCANTE DOS SANTOS

OS ASPECTOS CONDICIONANTES DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA NO MAR  
DO SUL DA CHINA

Rio de Janeiro

2018



CC RODRIGO GERUNDO CAVALCANTE DOS SANTOS

OS ASPECTOS CONDICIONANTES DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA NO MAR  
DO SUL DA CHINA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref) José Augusto Abreu de Moura

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2018

## **AGRADECIMENTO**

Ao Capitão de Mar e Guerra (Ref) José Augusto Abreu de Moura, meu orientador, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, pelo incentivo e pelos ensinamentos que foram fundamentais para a elaboração desse trabalho.

## RESUMO

A pesquisa aqui relatada analisou a estratégia naval chinesa para o Mar do Sul da China, com foco nos aspectos geoestratégicos de 1980 até a atualidade. A relevância do tema consiste no entendimento da importância do Mar do Sul da China para a República Popular da China (RPC), onde mais da metade da tonelagem das marinhas mercantes do mundo, e um terço de todo o comércio marítimo mundial, circulam através desses estreitos. O petróleo transportado pelo Estreito de Malaca, proveniente do oceano Índico rumo ao leste asiático através do Mar do Sul da China, é o triplo da quantidade que passa pelo Canal de Suez e quinze vezes a quantidade que transita pelo Canal do Panamá. Para cumprir esse objetivo, foi utilizada a metodologia Teoria x Realidade através de pesquisa bibliográfica e documental. Direcionada por pressupostos teorizados por Mahan em busca do controle do mar e assentar o Poder Naval da RPC como uma marinha de águas azuis, a análise passa pelos fatores geoestratégicos e geopolíticos do Mar do Sul da China, identificando os principais atores e a sua relação com a RPC, expondo os aspectos econômicos envolvidos e revelando a situação política da região, principalmente em relação a posição estratégica chinesa, apresentando como os fatores geoestratégicos do Mar do Sul da China interagem com a estratégia naval da RPC.

Palavras-chave: República Popular da China. Mar do Sul da China. Linhas de Comunicações Marítimas. Mahan. Estratégia Naval. Estreito de Malaca. Taiwan. Arquipélago de Spratly, Liberdade de navegação, Soberania.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reivindicação sobre as Zonas Econômicas Exclusivas no Mar do Sul da China.....	57
Figura 2 – Mapa com as principais áreas marítimas reivindicadas pela República Popular da China nos Mares do Sul e do Leste da China.....	58
Figura 3 – Fluxo do comércio de petróleo bruto em milhões de barris por dia .....	59
Figura 4 – Mapa com a Primeira Cadeia de Ilhas, <i>Fist Island Chain</i> , e Segunda cadeia de ilhas, <i>Second Island Chain</i> .....	60
Figura 5 – Disposição geográfica das Esquadras Chinesas.....	61
Figura 6 – Nova Rota da Seda.....	62
Figura 7 – Rotas chinesas de importação de energia.....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- DBM – Doutrina Básica da Marinha
- EPL – Exército Popular de Libertação
- EUA – Estados Unidos da América
- LBD – Livro Branco de Defesa
- LCM – Linhas de Comunicações Marítimas
- MEPL – Marinha do Exército de Libertação Popular
- RPC – República Popular da China
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
- ZEE – Zona Econômica Exclusiva
- ONGC – *Oil and Natural Gas Corporation Limited*
- MOU – *Memorandum of Understanding*
- TCF – *Trillion Cubic Feet*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>O LEGADO DE MAHAN PARA UMA POTÊNCIA MARÍTIMA .....</b>	<b>9</b>
2.1	PENSAMENTO ESTRATÉGICO DE MAHAN E O DESENVOLVIMENTO DO PODER MARÍTIMO .....	10
2.2	INTERPRETAÇÃO MAHANIANA SOBRE LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS, PONTOS FOCAIS E BASES NAVAIS AVANÇADAS .....	14
2.2.1	Pontos Focais .....	15
2.2.2	Linhas de Comunicações Marítimas .....	15
2.2.3	Bases Navais Avançadas .....	16
2.3	ANÁLISE DA TEORIA .....	18
<b>3</b>	<b>UMA VISÃO GERAL DAS DISPUTAS NO MAR DO SUL DA CHINA .....</b>	<b>19</b>
3.1	A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO MAR DO SUL DA CHINA .....	21
3.2	OS PRINCIPAIS ATORES QUE INTERAGEM NO MAR DO SUL DA CHINA ..	23
3.2.1	Relação China-Índia no Mar do Sul da China .....	25
3.2.2	Relação China-EUA no Mar do Sul da China .....	31
<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA NO MAR DO SUL DA CHINA .....</b>	<b>35</b>
4.1	CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA .....	35
4.2	AMPLIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA NO MAR DO SUL DA CHINA .....	38
4.2.1	Síntese dos Elementos do Poder Marítimo no Mar do Sul da China .....	42
4.2.2	Principais Pontos Focais de Interesse Chinês no Mar do Sul da China .....	44
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>
	<b>ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>57</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, nenhuma disputa marítima internacional atraiu mais atenção do que a contenda pelas ilhas, recifes e águas do Mar do Sul da China. A disputa envolve reivindicações sobrepostas referentes à soberania territorial e aos direitos marítimos, englobando as principais linhas de comunicações marítimas (LCM) que ligam o sudeste ao nordeste do Continente Asiático, cobrindo grandes áreas de pesca e que contem vastas reservas de petróleo e gás natural.

Na disputa no Mar do Sul da China, nenhum Estado atrai mais a atenção do que a RPC, por causa das suas reivindicações expansivas, do histórico de uso de força sobre as ilhas nessas águas e sua crescente capacidade naval.

Sabe-se que o Mar do Sul da China atua como um funil entre os oceanos Pacífico Ocidental e Índico, onde o aglomerado econômico e as rotas marítimas globais se entrecruzam. Tal aspecto geográfico leva-nos à análise da influência da geografia do Mar do Sul da China na estratégia naval chinesa.

Nesse contexto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: os fatores geoestratégicos do Mar do Sul da China favorecem a estratégia naval da China?

O propósito do presente trabalho é analisar os fatores geoestratégicos e geopolíticos envolvidos no Mar do Sul da China à luz dos pressupostos teóricos de Mahan, empregando a metodologia Teoria X Realidade através de pesquisa bibliográfica e documental, comparando os pressupostos teóricos de Mahan sobre o domínio no mar com a estratégia naval chinesa no Mar do Sul da China, identificando e descrevendo os principais atores que interagem e sua relação com a RPC, expondo os aspectos econômicos envolvidos e descrevendo a situação política da região.

A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de compreender como a RPC interage no Mar do Sul da China no intuito de garantir a segurança de suas LCM

vitais, por onde transitam mais da metade da tonelagem das marinhas mercantes do mundo, e um terço de todo o comércio marítimo mundial. O petróleo transportado pelo Estreito de Malaca, proveniente do oceano Índico rumo ao leste asiático através do Mar do Sul da China, é o triplo da quantidade que passa pelo Canal de Suez e quinze vezes a quantidade que transita pelo Canal do Panamá.

A apresentação da pesquisa é conduzida por meio de cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, a visão mahaniana é exposta em seus quatro pressupostos teóricos: hierarquização dos conceitos de objeto e de objetivo de emprego do poder marítimo; o desenvolvimento do Poder Marítimo; os princípios de Mahan para a guerra no mar; e a obtenção de pontos de apoio para prolongar o tempo de operação da Força Naval em locais distantes.

Na terceira seção, é abordada a importância geopolítica e geoestratégica do Mar do Sul da China, identificando os principais atores que interagem na região, dando ênfase a relação entre a RPC e Índia e ao papel desempenhado pelos Estados Unidos da América (EUA) que, impulsionados por interesses nacionais e econômicos, concebem a RPC como uma ameaça.

Na quarta seção, é exposta a concepção contemporânea da estratégia naval chinesa e sua ampliação no Mar do Sul da China, que hoje desfruta do status de potência militar robusta, alavancada pelo crescimento da sua capacidade econômica.

Por fim, na última seção, apresenta-se as conclusões da pesquisa e a indicação de como os fatores geoestratégicos do Mar do Sul da China interagem com a estratégia naval chinesa.

## 2 O LEGADO DE MAHAN PARA UMA POTÊNCIA MARÍTIMA

Alfred Thayer Mahan foi oficial e historiador naval americano, expoente altamente influente do poder marítimo no final do século XIX e início do século XX. Considerado medíocre como homem do mar, mas brilhante e arguto em suas formulações, notabilizando-se como um grande estrategista naval e historiador. Assim, suas fundamentações teóricas escritas conseguiram sistematizar de forma clara e concisa as políticas que deveriam ser realizadas em torno das necessidades do expansionismo da época.

Em 1890 Mahan publicou o livro *The Influence of Sea Power Upon History, 1680-1783*<sup>1</sup>. Nessa obra, Mahan já vislumbrava a necessidade de o Estado proteger o mar, a fim de preservar os seus interesses e sua soberania. Considerava fundamental que um Estado que possuísse um extenso litoral, tivesse também aspirações marítimas, pressupostos esses que estabeleceriam condições de fortalecimento de suas capacidades necessárias para subjugar as potências terrestres. Segundo ele, o Estado deveria desenvolver um grande Poder Marítimo<sup>2</sup>, utilizando as capacidades do mar em seu proveito (MAHAN, 2003).

Em suas obras, a falta de rigor na definição dos conceitos e no tratamento dos dados históricos, bem como também a inconsistente consideração do progresso técnico, fragilizaram-na. No entanto, com sua visão voltada inicialmente para a marinha à vela, ganha destaque seu incontestável poder de expressão através de ideias-força de simples assimilação, o que pode explicar seu grande sucesso (COUTAU- BÉGARIE, 2010).

Desta maneira, este capítulo discorrerá sobre os fundamentos do pensamento estratégico de Mahan, substanciados nos conceitos de domínio do mar, poder marítimo, batalha decisiva e bases navais.

---

<sup>1</sup> A influência de Mahan do Poder Marítimo sobre a história – tradução nossa.

<sup>2</sup> Será empregado no estudo o conceito de Poder Marítimo estabelecido na Doutrina Básica da Marinha (BDM), sendo a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2014).

## 2.1 PENSAMENTO ESTRATÉGICO DE MAHAN E O DESENVOLVIMENTO DO PODER MARÍTIMO

O controle das rotas comerciais, o acesso ao mar e o desenvolvimento dos litorais são importantes aspectos que estruturam o pensamento estratégico de Mahan. Nesse cenário, o principal instrumento de Poder passa a ser estabelecido pelas Forças Navais (RIBEIRO, 2010).

Decorrente da necessidade de um instrumento político relevante perante as disputas por objetivos de segurança e desenvolvimento entre os Estados, as marinhas ganharam destaque como símbolo de poder e prestígio. Essa ideia-força foi utilizada por Mahan para relacionar o Poder Marítimo, o Poder Nacional e a hegemonia mundial no cenário da política internacional dos Estados, mostrando a fragilidade da ideia de cooperação diante da superioridade da competição e das conquistas nas relações internacionais (RIBEIRO, 2010).

Mahan, em seu livro *The Influence of Sea Power Upon History, 1680-1783*, translucida a ideia das marinhas como instrumento político através de quatro pressupostos teóricos, os quais são descritos a seguir.

No primeiro pressuposto teórico, Mahan considera que todas as atividades e recursos marítimos eram essenciais ao desenvolvimento do Poder Marítimo, estando este, baseado em uma trindade de aspectos político-econômicos essenciais, ele acreditava na capacidade de produzir bens para troca visando o desenvolvimento do país; nos recursos que os navios mercantes proporcionariam ao realizarem o transporte de bens; e na existência de colônias como ponto de troca de produtos e de apoio de bases aos navios mercantes. À vista disso, Mahan considerou alguns fatores fundamentais, para que houvesse desenvolvimento de um grande Poder Marítimo do Estado, passando a chamá-los de fontes do Poder Marítimo, que são consideradas universais e independentes do tempo, enunciadas da seguinte forma:

posição geográfica, configuração física, extensão territorial, população, caráter nacional e caráter do governo (MAHAN, 1890; ALMEIDA, 2010a).

A posição geográfica de um país no mundo altera o estímulo natural ao desenvolvimento do poder marítimo. Países insulares, os que possuem duas costas e os que fossem bem posicionados em relação às rotas comerciais e Estados rivais, teriam maior propensão ao desenvolvimento.

As condições internas da geografia de um país influenciam o seu desempenho naval, podendo favorecer ou dificultar o desenvolvimento do seu Poder Marítimo. A instalação e uso de portos e ancoradouros, possibilitando melhor acesso às linhas do comércio marítimo, bem como também sua capacidade de escoar bens do interior para os portos, são diretamente afetados pelas condições naturais do litoral.

Em relação à extensão territorial e população, Mahan afirmava que para um poder Marítimo forte, a relação entre a extensão da costa e o tamanho da população precisava de certa proporcionalidade. Caso contrário, uma população pequena, mesmo que bem preparada, teria dificuldade em defendê-la. Outro relevante fator seria a capacidade de produção de matérias-primas. Entretanto pouco adiantaria a existência de matérias-primas primordiais à guerra no mar como combustível e aço e ou de bases e ancoradouros, se a população não tivesse conhecimento para bem utilizá-las (MAHAN, 1890).

O caráter nacional relaciona-se com a propensão do povo às atividades marítimas através de sua aptidão natural ao mar, o que predisporia o Estado a investir em ações além-mar, levando ao desenvolvimento nacional. Já o caráter do governo referencia-se a vontade dos governantes em conduzir as políticas do Estado na direção do desenvolvimento e aplicação do Poder Marítimo. Em tempos de paz, isso se traduz no desenvolvimento econômico, na infraestrutura de bases, nos entrepostos comerciais e no fortalecimento da marinha para o enfrentamento de qualquer inimigo (MAHAN, 1890; TOSTA, 1984).

No segundo pressuposto, Mahan hierarquiza os conceitos de objeto e de objetivo do emprego do Poder Marítimo, onde o objeto está estabelecido como conceito de nível estratégico, estando no cerne do interesse nacional, relacionado ao aumento da prosperidade e a consolidação internacional do Estado. Já o objetivo, considerava que era um conceito de nível tático, associado às formas particulares de emprego do Poder Marítimo, contribuindo de forma determinante para a conquista do objeto político. Nesse contexto, Mahan afirmava que um grande Poder Marítimo implicava possuir uma grande Força Naval, cujo propósito era proteger a capacidade de um país usar o mar e obter o seu controle. Isso significava a neutralização das Forças Navais que poderiam interferir ou ameaçar o seu comércio marítimo, afetando a prosperidade e a capacidade de afirmação internacional, além de privar o oponente desse comércio (RIBEIRO, 2010).

Assim, Mahan reitera que para um grande poder marítimo é precípua ter também uma grande força naval, assegurando a capacidade do país de ser fazer ao mar por meio da conquista do controle dele, neutralizando as forças navais que venham a interferir ou ameaçar o seu controle marítimo, garantindo condições de prosperidade e de afirmação internacional. O controle do comércio marítimo era, em sua concepção, função primordial das marinhas, tendo em vista que as guerras poderiam ser vencidas através de estrangulamento econômico, sendo este um fator determinante para vitória num conflito de grandes dimensões.

No terceiro pressuposto, para obter o domínio do mar, Mahan inclinou-se para os princípios jominianos da estratégia terrestre, apresentando a concentração de forças como princípio fundamental da estratégia naval. Desta forma, Mahan abarca o domínio do mar, que é concretizado pela vertente militar, oriunda do Poder Naval<sup>3</sup> e componentes não militares, como o comércio marítimo nas colônias além-mar assim como a possibilidade de acesso aos

---

<sup>3</sup> Será empregado no estudo o conceito de Poder Naval estabelecido na DBM, sendo um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente (BRASIL, 2014).

mercados estrangeiros, do qual perpassa a riqueza e a grandeza dos Estados (RIBEIRO, 2010).

Para favorecer a maior concentração possível de forças no ponto decisivo, Mahan cita outros três princípios: - ocupar posição central em relação às forças inimigas, operar a partir de linhas interiores e dispor de boas linhas de comunicação. O princípio da concentração de forças coloca os navios de linha ou couraçados como fatores determinantes do sucesso na guerra naval, relegando a segundo plano navios escoltas ou esclarecedores. Desta forma, a manutenção da esquadra concentrada, com os couraçados integrados numa única força empenhada na busca da batalha decisiva, torna-se primordial à estratégia naval (PARET, 2001; RIBEIRO, 2010).

No quarto pressuposto, Mahan enfatiza a necessidade de prolongar o tempo de operação da esquadra por meio da obtenção de bases navais, uma vez que durante o inverno o estado do mar tornava-se um estorvo à perseguição e ao combate da esquadra inimiga. Não obstante, para manter seu potencial de combate, os navios precisavam ser submetidos a reparos de diversas magnitudes, além de necessitar também de reabastecimento de combustível, víveres, descanso das tripulações e armamentos. A possibilidade de concessão dessas bases por governos aliados foi considerada por Mahan como pouco confiável, afirmou que o Estado deveria possuir colônias, com bases navais autossustentáveis, nas regiões de interesse estratégico (RIBEIRO, 2010).

Face aos pressupostos teóricos abarcados nos pensamentos de Mahan, uma rede de bases com acesso adequado pela esquadra seria essencial a uma estratégia naval vitoriosa, estabelecendo uma firme ligação entre o fortalecimento do Poder Marítimo, interesses nacionais e sua ação como instrumento político da estratégia marítima. Cabe evidenciar que os EUA e o Reino Unido, seguidores perseverantes na exploração dos pensamentos de Mahan na conceituação de suas marinhas como potencializadoras do instrumento político, tornaram-

se potências marítimas relevantes na conjuntura internacional, outorgando a Mahan sua devida relevância como teórico da estratégia marítima.

Nos dias atuais, a essência do pensamento estratégico de Mahan sobre o Poder Marítimo, o domínio do mar, a batalha decisiva e as bases navais é considerada em diversos círculos acadêmicos e militares como uma referência fundamental para a preparação e emprego do Poder Naval. Na realidade, Mahan é destacado no estudo da história dos conflitos, no desenvolvimento de conceitos e teorias estratégicas marítimas, na sua integração com os elementos do poder nacional e naval, no ensino e na divulgação da ciência e da arte estratégica (RIBEIRO, 2010).

## 2.2 INTERPRETAÇÃO MAHANIANA SOBRE LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS, PONTOS FOCAIS E BASES NAVAIS AVANÇADAS

Segundo Mahan, os EUA deveriam adquirir, controlar ou conquistar novas colônias para a implantação de bases navais, portos em ilhas ou pontos focais de passagem de navegação. Sendo assim, associava a grandeza e a riqueza dos povos à posse de grande Poder Marítimo e seu decorrente domínio dos mares (RIBEIRO, 2010).

Com a adoção integral das ideias de Mahan pelos EUA, várias possessões estratégicas acabaram sendo conquistadas, podendo destacar: ilhas do Caribe; o Havaí, segundo sua importância no Pacífico Norte; Filipinas no Pacífico Sul e o Canal do Panamá, uma passagem fundamental entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Desta forma, uma marinha poderosa, estando apoiada em bases estrategicamente posicionadas, poderia controlar o mar e proteger suas LCM, gerando condições ao acúmulo de riqueza, oriundas de um comércio exterior abundante e próspero (RIBEIRO, 2010; VARACALLI, 2016).

Em seguida, isoladamente, aprecia-se cada um dos elementos de Mahan para obtenção do domínio dos mares.



### 2.2.1 Pontos Focais

O entendimento dos pontos focais estratégicos era essencial para Mahan. Segundo ele, tais posições controlariam importantes eixos de convergência das LCM de relevância reconhecida, sendo necessário proteger, visando evitar o fluxo dessas rotas marítimas pelo inimigo, como transcrito na passagem:

Com a iminente construção do canal cortando o istmo da América Central, o Mar do Caribe transformar-se-á numa das maiores rotas marítimas do mundo. A posição dos Estados Unidos [da América] será parecida com a da Inglaterra (sic) em relação ao Canal da Mancha. Então, a América (sic) será motivada a construir uma marinha e será compelida a adquirir bases em regiões que permitam que suas frotas se situem tão perto da cena quanto seus oponentes (MAHAN apud PARET, 2001, p. 613).

Observando o sustentáculo da história, Mahan anota que a posse por um Estado de pontos estratégicos dos principais eixos de comunicação marítima de interesses conhecidos gera a necessidade de domínio, uma vez que poderia ameaçar o fluxo de mercadorias de vital interesse para a continuidade e expansão do seu comércio marítimo. O domínio pleno desses pontos constituiria as condições necessárias à construção de um império mundial pelos Estados que os possuíssem.

Assim sendo, a garantia da liberdade de navegação tornou-se basilar, pois o fluxo normal e regular de mercadorias de interesse vital para um Estado seria conquistado por meio do controle das posições estratégicas.

### 2.2.2 Linhas de Comunicações Marítimas

Segundo Mahan, em seus pressupostos teóricos, o controle do mar era função essencial das marinhas, o controle do comércio marítimo deveria ser protegido, conforme fica evidente em suas palavras:

Se as marinhas, como todos concordam, existem para proteger o comércio, segue-se, inevitavelmente, que na guerra elas devem ter por objetivo privar o inimigo desse grande curso, e não é fácil conceber um emprego militar para elas, por mais amplo que seja, que possa se comparar à proteção e à destruição das trocas comerciais. (MAHAN apud PARET, 2001)

Mahan pregava que o Estado deveria senhorear a riqueza acumulada, defendia que para uma grandeza nacional e conseguinte expansão, era necessário manter um comércio exterior intenso e próspero, que só poderia existir mediante uma marinha mercante de envergadura.

Mahan ainda detalhou de que forma o uso estratégico do Poder Naval e o controle das rotas marítimas poderiam ser caminho para a hegemonia mundial, uma vez que essas vias seriam os caminhos naturais por onde escoam os fluxos comerciais necessários ao enriquecimento de um Estado (MAHAN, 2003).

Um Poder Marítimo forte teria como prerrogativa essencial o domínio das comunicações. Sendo determinante que um Estado mantivesse o controle sobre suas LCM, uma vez que a dimensão do domínio seria proporcional aos benefícios concedidos pelo controle do mar. A comunicação entre vários pontos do território nacional seria essencial para fluidez das mercadorias, sendo importante como meio principal das trocas comerciais internacionais, alterando o fluxo de importações e exportações. Já em tempos de guerra, as LCM atuariam como um canal para garantir o fluxo de materiais bélicos, matérias-primas, trânsito de tropas e todas as demais necessidades advindas do esforço de guerra (TOSTA, 1994).

A seguir será visto que, diante da importância das LCM, a posse de posições-chaves, visando o controle e a segurança do seu comércio, deveria ser prioridade do Estado.

### 2.2.3 Bases Navais Avançadas

Ao longo da história, com a crescente importância da mobilidade estratégica, a necessidade de projeção de poder em regiões distantes acarretou maior dependência das Esquadras em relação às bases navais estrategicamente posicionadas, principalmente para o suprimento de combustíveis, armamentos e reparos. Mahan entendeu que o posicionamento

das bases deveria ser de tal forma que permitisse defender as rotas de comunicações marítimas em todo seu percurso. Segundo ele, a Marinha de alguma forma deveria manter suas LCM asseguradas, impondo um irrefutável controle do mar ou então pela distribuição de postos adequadamente espaçados ao longo da rota (MAHAN apud HOLMES; YOSHIHARA, 2009; tradução nossa).

Segundo Holmes e Yoshihara (2009), Mahan elabora que, para o sucesso do Poder Marítimo, era vital manter colônias e bases navais avançadas, garantindo a saúde econômica de um Estado através de forças navais distribuídas ao longo das LCM, mantendo o fluxo intenso e crescente de mercadorias.

Dessa forma, Estados com ambições internacionais, com interesse na expansão de seu comércio em níveis mundiais, necessitariam de portos estrategicamente posicionados, seja através da aquisição ou por acordos com outros Estados que os possuíssem, ampliando o tempo de operação dos navios.

Ainda segundo Holmes e Yoshihara (2009), Mahan defendeu que a economia do Estado prosperava na paz através do comércio e que, na guerra, tinha efeito antagônico. Assim, o Estado deveria desenvolver seus objetivos estratégicos nos períodos de paz, com a Marinha mantendo seguro o fluxo do comércio marítimo.

Mahan afirmou ainda que uma base naval deveria possuir alguns requisitos fundamentais em guerra: posição, força e recurso. Podendo ser militares ou essencialmente comerciais, ou até mesmo cumprir as duas funções, mantendo condições de abastecimento, reparo e demais necessidades dos navios da marinha durante a paz ou na guerra. Contudo, as colônias seriam polos irradiadores de poder para o interior, complementando a força naval exercida no mar com a força militar (HOLMES; YOSHIHARA, 2009).

A implantação de bases avançadas permitiu melhor distribuição dos navios de guerra ao longo das LCM. Dessa forma, gerando condições das forças navais defenderem

a frota mercante contra as investidas de navios estrangeiros.

### 2.3 ANÁLISE DA TEORIA

Fica evidente que, segundo Mahan, o *savoir-faire* de controlar as LCM e de movimentar-se livremente no mar, em áreas de relevância estratégica, são condições determinantes para a prosperidade do Estado que as possui, mantendo o avanço no crescimento econômico e a sua autonomia. Desta forma, afirmava que um Estado deveria dispor de um Poder Marítimo pujante, uma marinha mercante consistente, bem como também uma Força Naval, além de toda uma infraestrutura de apoio, tais como portos ou bases estrategicamente posicionadas, mantendo assim independência nas ações. Por conseguinte, o adequado exercício desse poder revela o necessário empenho do Estado na expansão do comércio exterior, mantendo as LCM livres de interferência estrangeira, alavancando a riqueza nacional. O comprometimento do Estado com essa questão deveria ser prioridade nacional, uma vez que o comércio marítimo era frágil e exposto a qualquer interrupção.

Atualmente, os Estados com grande crescimento econômico, tais como Índia e a RPC, com a revisão de suas pretensões políticas diante do crescimento e a natural premência de expandir seu comércio, viram-se para o mundo em busca de novos mercados para seus produtos, bem como também em busca de comódites, gerando novas interseções das esferas de influência e interesse de outros Estados, impulsionando dessa forma o desenvolvimento de uma Força Naval com capacidade de garantir os interesses do Estado no mar.

Após essa análise dos fundamentos teóricos de Mahan, no próximo capítulo será apresentada a evolução da estratégia naval da RPC em busca da proteção dos interesses externos chineses no Mar do Sul da China.

### 3 UMA VISÃO GERAL DAS DISPUTAS NO MAR DO SUL DA CHINA

O Mar do Sul da China pode ser considerado hoje uma região relativamente instável, interseccionando áreas de interesse estratégico de grandes potências mundiais, onde a RPC está tentando sobrepujar os demais interesses na região com suas reivindicações sobre ilhas com valores geoestratégicos e políticos, tornando fundamental uma análise dos fatores geoestratégicos da região.

A região se estende por uma área de 3.500.000 quilômetros quadrados. Seus Estados litorâneos compreendem Malásia, Tailândia, Brunei, Singapura, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Camboja, Taiwan e RPC, e ela contém os seguintes acidentes geográficos: Ilhas Pratas, Banco Macclesfield, o Recife de Scarborough, as Ilhas Paracel e as Ilhas Spratly. A maioria das reivindicações feitas sobre a propriedade destas ilhas é baseada em fundamentos históricos. Sugere-se que as implicações geográficas e de recursos desta região são os fatores reais da condução das disputas (TAYLOR, HAYES, 2013).

A região é caracterizada por possuir LCM através dos pontos de estrangulamento do Estreito de Taiwan ao norte e do Estreito de Malaca ao sul. A importância desta região reside nas suas LCM, bem como também na extensa capacidade de recursos marítimos, com grandes reservas de petróleo e gás natural, possuindo um diversificado ecossistema que é fonte de alimento, sustento e comércio marítimo para a maioria dos estados reivindicadores. Diante de tais aspectos, uma série de conflitos sobre as ilhas do Mar do Sul da China está em pleno aquecimento, tendo a RPC como seu pretendente mais agressivo, que mesmo com uma abordagem mais diplomática ao se associar a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), vem sendo acusado de perseguir uma política de ação unilateral para resolver esses conflitos (TAYLOR, HAYES, 2013).

Uma nova dimensão, nesta questão, surge com as respostas da Índia ao avanço chinês e com seu crescente papel na região, incluindo seu alcance naval do Mar Árabe ao

Mar do Sul da China por meio de exercícios navais, como a Operação Malabar com os EUA e o Japão em 2017, onde navios de guerra indianos operaram por mais de dois meses na região. Por outro lado, o aprofundamento dos laços da Índia com os Estados costeiros do Mar do Sul da China é um passo a frente para a sinalização de suas capacidades e alcance, especialmente com o Japão e Vietnã (BATEMAN, EMMERS, 2008; THE ECONOMIC TIMES, 2017).

A Cooperação em defesa entre a Índia e o Vietnã emergiu como um importante pilar da parceria estratégica do Vietnã. Após a assinatura do *MoU on Defence Cooperation* pelos dois Ministérios de Defesa em novembro de 2009, as relações cresceram de forma significativa, com navios Indianos regularmente fazendo visitas amigáveis aos portos do Vietnã e, pela primeira vez, um navio vietnamita participou da Revisão da Frota Internacional em Vishakhapatnam<sup>4</sup>, Índia, em fevereiro de 2016 (ÍNDIA, 2018).

Com a construção de uma base naval na Baía de Sanya pelos chineses, o Vietnã viu-se obrigado a modernizar sua marinha. E para isso, surge como possibilidade a cooperação oferecida pela Índia para a construção de navios e armas modernas com os mísseis de cruzeiro Bhahmos, que representam uma ameaça direta à RPC, uma vez que ainda não possui defesa contra ele. A contrapartida para esse apoio seria a utilização pelos navios indianos de portos e estaleiros importantes do construtor naval Vinashin<sup>5</sup> (KLAN, 2011).

Outro aspecto que impulsiona a Índia a aproximar-se do Vietnã é o setor energético vietnamita, uma vez que as empresas indianas de petróleo têm interesse nas reservas de gás natural vietnamitas no Mar do Sul da China. Para diminuir a dependência da RPC e dos países ocidentais, o Vietnã faz investimentos em áreas sensíveis como tecnologia, organização e marketing. Ao que parece, impedir a RPC de conquistar os recursos submarinos do Sudeste Asiático é uma preocupação compartilhada entre Índia e Vietnã (KLAN, 2011).

---

<sup>4</sup> Foi um exercício marítimo internacional organizado e conduzido pela Marinha Indiana em fevereiro de 2016 para melhorar as relações com outras marinhas da região – nota do autor.

<sup>5</sup> É um grupo estatal de construção naval vietnamita, que oferece uma ampla variedade de novas opções de construção de navios mercantes, plataformas e navios personalizados mediante encomenda – Nota do autor.

A presença das empresas como a ONGC Videsh Limited no Vietnã não é um fenômeno recente. A exploração da Índia no Vietnã começou em 1988, em associação com a então URSS. Com a descoberta do atraente potencial dos depósitos de hidrocarbonetos nas águas territoriais e na ZEE do Vietnã, o Governo vietnamita abriu amplamente seus setores de petróleo e gás às empresas estrangeiras. Em 2001, os campos de petróleo da Índia no Vietnã eram seus maiores bens no exterior no setor de energia, e essa cooperação energética entre os dois países vem sendo fortalecida ao longo do tempo (MAJUMDAR, 2013).

No passado recente, a RPC, clara e assertivamente, advertiu empresas da Índia sobre ir adiante com projetos de exploração no Mar do Sul da China e mostrou claramente a intenção de usar todas as medidas possíveis, apesar de sua política de desenvolvimento pacífico, para deter a Índia em seus esforços para expandir sua cooperação com Vietnã por meio de projetos de exploração, uma vez que a área disputada é reivindicada pela RPC, configurando dessa forma violação de sua soberania (KLAN, 2011).

### 3.1 A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO MAR DO SUL DA CHINA

No atual ambiente de segurança internacional, o Mar do Sul da China está sendo considerado como o novo nó geopolítico, onde as grandes potências mundiais parecem lutar pela supremacia.

A região é considerada a segunda LCM mais movimentada do mundo<sup>6</sup>, com mais da metade do tráfego mundial de superpetroleiros passando pela região. A importância e o significado desta região residem no fato de conter abundantes recursos de petróleo e gás estrategicamente localizados, perto de grandes países consumidores de energia. Pelos estreitos de Malaca, Sunda, e Lombok passa mais de 50% da tonelagem da frota comercial e, somente

---

<sup>6</sup> O Estreito de Dover é considerado a LCM mais movimentada do mundo – nota do autor

pelo Estreito de Malaca, passam quase 10 milhões barris de petróleo bruto todos os dias. Existem enormes recursos minerais e de pesca, e estima-se que o Mar do Sul da China tenha cerca de 70 bilhões de barris de petróleo e 900 trilhões de pés cúbicos de gás natural. A necessidade das grandes potências de manter suas economias em pleno funcionamento e crescimento impulsiona uma intensa corrida por energia, conduzindo os países a darem mais relevância para essa região (PAN, 2006; TEBIN, 2012).

Diante de tais aspectos, a região pode se tornar altamente volátil com os países periféricos ao Mar do Sul da China em conflito uns com os outros sobre direitos territoriais. A maioria dessas alegações é histórica, mas são também baseadas em princípios aceitos internacionalmente.

Concorrentes reivindicações territoriais sobre o Mar do Sul da China e seus recursos são numerosas, com a mais contenciosa em torno das Ilhas Spratly e Paracel. O estabelecimento da zona econômica exclusiva (ZEE) criou o potencial de sobreposição de reivindicações no Mar do Sul da China (FIG. 1), uma vez que fornece a um país legalidade no direito de explorar os recursos. Esta região, devido à sua riqueza em gás natural e petróleo, fez com que os países ficassem mais gananciosos e assertivos em conquistar e manter o acesso a eles. Os reclamantes estabeleceram postos avançados nas ilhas, principalmente por militares, a fim de conformar-se com o artigo 121 da CNUDUM<sup>7</sup>, enfatizando suas reivindicações (PAN, 2006).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) afirma que os países com sobreposição de reivindicações devem resolvê-los por negociação de boa fé. No entanto, as diferentes interpretações das disposições da CNUDM de 1982 sobre a ZEE e o confronto de interesses no Mar do sul da China levaram a incidentes como o de 2001, quando

---

<sup>7</sup> O art. 121, da referida Convenção, acrescenta que “o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental de uma ilha serão determinados de conformidade com as disposições da presente Convenção aplicáveis a outras formações terrestres”. Faz-se a ressalva: “os rochedos que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou à vida econômica não devem ter zona econômica exclusiva nem plataforma continental” – tradução nossa.



houve uma colisão entre uma aeronave EP3 americana de Inteligência com 24 a bordo e um avião de caça da RPC, matando o piloto chinês e forçando o avião dos EUA a fazer um pouso de emergência em Hainan (PAN, 2006; TEBIN, 2012).

Diante ao exposto, são claramente entendidas as motivações das grandes potências em dedicarem suas atenções e seus esforços para esta região, tentando estabelecer uma posição de destaque, visando proteger seus interesses nesta parte do mundo. A região não tem apenas potencial econômico, mas também grande importância geoestratégica e geopolítica.

### 3.2 OS PRINCIPAIS ATORES QUE INTERAGEM NO MAR DO SUL DA CHINA

A interação entre os principais atores interessados em estabelecer condições favoráveis aos seus interesses no Mar do Sul da China acontece de forma difusa e complexa, com reivindicações marítimas sobrepostas e tendo a RPC alegado possuir toda a área marítima com base em reivindicações históricas (FIG. 2) (BHOCAL, 2018).

Os EUA e seus aliados têm interesses estratégicos na região e procuram obter acesso aos recursos naturais, principalmente os hidrocarbonetos, indo de encontro às reivindicações da RPC. Diversos outros países estão na lista dos requerentes, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Malásia e Brunei também têm reivindicações sobre as ZEE de algumas ilhas do Mar do Sul da China. A Índia tem necessidade de energia e, portanto, é atraída para as disputas em busca dos recursos naturais, bem como também possui outros interesses estratégicos na região (BHOCAL, 2018).

Entre 1995 e 2016, o comércio entre a Índia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) cresceu a uma taxa de crescimento médio de 11,9%. Do comércio total de quase US \$ 64,3 bilhões em 2016, as importações indianas dos países da ASEAN representaram uma participação dominante de 59%, com as exportações para as economias da ASEAN respondendo por quase toda parcela remanescente. As importações indianas da

ASEAN testemunharam um crescimento robusto de 12,3% durante este período, enquanto as exportações indianas para a ASEAN registraram um CAGR<sup>8</sup> de 11,4% (BHOCAL, 2018).

Os EUA têm compromisso de defesa com as Filipinas e têm tentado aproximação para uma aliança de defesa com o Vietnã. Os EUA e a Índia compartilham interesses estratégicos. Índia e os EUA compartilham um relacionamento difícil com a RPC e são cautelosos com o seu crescimento militar e assertividade na região. Assim, os EUA, procurando garantir seus interesses na região, vêm se inclinando para a Índia visando criar um contrapeso às investidas chinesas na região. A Índia, que tem evoluído nas relações com os países envolvidos nas controvérsias e na região como um todo, está criando uma esfera de influência que mais tarde pode ser útil para dissuadir as ambições da RPC (BHOCAL, 2018).

Todavia, a Índia isoladamente não pode afastar a RPC do Mar do Sul da China. Da mesma forma, os países da ASEAN estão tentando aproximação estratégica com a Índia e os EUA para contrabalançar a ascensão da RPC na região. Destarte, através desta equação, podemos entender que um jogo de soma zero está estabelecido, onde podemos assumir os EUA, a Índia e os países da ASEAN de um lado, contra a RPC do outro, estando esta, portanto, isolada. O ganho de uma parte seria uma perda para o outro. A RPC, com seu crescimento militar e econômico, já pode contrapor-se aos seus adversários, e se esta é capaz de dissuadir a ponto de conquistar suas reivindicações na região, os EUA, a Índia e os outros países reivindicadores perderiam acesso à base de recursos, que é crucial para o crescimento contínuo de suas economias. Se o inverso acontecer, a RPC perderia uma região estratégica vital. Além disso, seus adversários chegariam muito perto das suas fronteiras e seus interesses nacionais e segurança poderiam estar comprometidos (BHOCAL, 2018).

Neste contexto, o subcapítulo tenta explicar como os principais atores passaram a dar mais importância geopolítica e geoestratégica a esta região. O potencial econômico e a

---

<sup>8</sup> Compound Annual Growth Rate - este índice representa a taxa de retorno de um investimento em um determinado período de tempo. Exatamente por este motivo é muito comum encontrá-la quando estamos falando de crescimento de mercado

importância geopolítica do Mar do Sul da China são os principais fatores motivadores dos países vizinhos a reivindicarem as ilhas e seus recursos. A generosa oportunidade para indústria da pesca na região é outro fator motivador da sobreposição de reivindicações territoriais no Mar do Sul da China.

### 3.2.1 Relação China-Índia no Mar do Sul da China

A histórica e intensa disputa no Mar do Sul da China tornou-se um ponto crítico de segurança, que pode ter consequências globais. O crescimento assertivo da RPC na região vem afetando os interesses indianos. Assim, mesmo a Índia mantendo-se afastada das disputas no Mar do Sul da China, viu-se obrigada a entrar em cena para assegurar seus interesses comerciais (PANT, 2018).

Para entender a situação atual é necessário um aprofundamento e uma busca de sua origem. A reorganização da geopolítica mundial ao final da guerra fria e o crescimento econômico da RPC, levaram a Índia a direcionar-se para uma estratégia de maior envolvimento econômico com seus vizinhos orientais. De um sistema de substituição das importações, a Índia tinha mudado para promoção das exportações (PANT, 2018).

Com a nova política, a Índia buscou um compromisso econômico mais próximo ao Oriente – uma região que estava emergindo rapidamente como um grande mercado para produtos indianos. Mas além da construção de relações com os países do Sudeste Asiático e da Ásia Oriental, especialmente a criação de fortes laços econômicos, havia várias outras áreas de cooperação entre a Índia e os países do Sudeste Asiático. Algumas entre essas muitas áreas eram preocupações marítimas, como a proteção das LCM, pirataria, terrorismo, etc. A decisão de avançar em direção ao sul da região da Ásia Oriental fazia parte da política externa da Índia, impulsionada em grande parte pela necessidade de expandir seus benefícios econômicos (PANT, 2018).

A busca da Índia por parceiros no desenvolvimento marítimo a aproximou dos países do sudeste da Ásia, onde o Vietnã emerge como um dos principais parceiros, embora essa parceria seja majoritariamente restrita à exploração de petróleo em conjunto. Os laços bilaterais entre a Índia e o Vietnã se fortaleceram nos últimos anos com foco nas questões de segurança regional e comércio. Confiança mútua, ameaças emergentes de uma RPC em ascensão e uma convergência de interesses estratégicos contribuíram para o aprofundamento dos laços entre as duas nações, a ponto de o Vietnã agora elevar a Índia em nível de um parceiro estratégico abrangente. Houve uma rápida institucionalização desta parceria bilateral, os dois Estados promulgaram uma Declaração Conjunta sobre Cooperação Integral em 2003, na qual previam a criação de um Arco de Vantagem e Prosperidade<sup>9</sup> no Sudeste Asiático e iniciaram um diálogo estratégico desde 2009 (PANT, 2018).

Nas últimas duas décadas, tanto a Índia quanto o Vietnã, guiados por suas experiências do colonialismo, têm cooperado estreitamente entre si. Eles compartilham uma relação econômica próxima, com um comércio bilateral de mais de US \$ 2,7 bilhões em 2010 e US \$ 2,38 bilhões em 2011<sup>10</sup>. A Índia está agora entre os dez principais parceiros comerciais do Vietnã. De acordo com dados do governo indiano, o volume de comércio ultrapassou US \$ 9 bilhões no ano fiscal de 2014-15, atingindo a meta de US \$ 7 bilhões até 2015 com bastante antecedência. Ambos os lados concordaram com uma nova meta comercial de US \$ 15 bilhões até 2020 (CHAUDHRY, 2017).

As principais commodities de exportação da Índia são máquinas e equipamentos, frutos do mar, produtos farmacêuticos, algodão de todos os tipos, automóveis e produtos têxteis Além disso, em 2000, um novo acordo de cooperação em matéria de defesa foi assinado. Curiosamente, logo nos anos iniciais da estreita colaboração e cooperação, os dois países compartilharam não apenas interesses comuns, mas também percepções comuns sobre

---

<sup>9</sup> *Arco of Advantage and Prosperity* – tradução nossa.

<sup>10</sup> Dados do Ministry of Commerce and Industry, Government of India,- Ministério do Comércio e Indústria da Índia, Governo da Índia – tradução nossa.

ameaças (CHAUDHRY, 2017).

O rápido surgimento da RPC como um poder militar e econômico, tanto para a Índia quanto para o Vietnã, representa uma oportunidade e um desafio. Ambas as nações analisam bem as implicações geoestratégicas de curto e longo prazo da ascensão da RPC, servindo de impulso, que, num passado recente, moveu-se para forjar uma parceria estratégica mais ampla (CHAUDHRY, 2017).

O Mar do Sul da China e as regiões vizinhas estão no centro de um número de litígios resultantes da proximidade das massas terrestres, desacordos sobre territórios marítimos e uma sobreposição de interesses de forma geral. O número de incidentes envolvendo forças navais – sobre direitos de pesca; sobre áreas ricas em petróleo e gás e as reivindicações sobre várias ilhas – estão em ascensão, resultando em uma deterioração do cenário de segurança (KAPLAN, 2014).

A região do Mar do Sul da China possui reservas de petróleo estimadas em cerca de 70 bilhões de barris aproximadamente, e a produção de petróleo na região é atualmente em torno de 2,5 milhões de barris por dia (FIG. 3) e todo o Mar do Sul da China foi estimado pelos chineses conter mais de 900 Tcf de gás natural. No entanto, o US Geological Survey (USGS) estima que a soma total de reservas descobertas e recursos não descobertos no *offshore* das bacias do Mar do Sul da China são 266 Tcf (KAPLAN, 2014).

As complexidades geradas nos últimos anos, pela assertiva postura, bem como também pelo agressivo crescimento militar da RPC no Mar do Sul da China, levaram os países na região, assim como poderes extrarregionais, a olhar para a Índia como uma força de contrabalanceamento. As lideranças políticas e militares indianas, por si só, olham para a ascensão da RPC com alguma cautela. (KAPLAN, 2014).

Vietnã e a RPC também travam disputas sérias e já de longa data. Os desacordos estão enraizados no status das Ilhas Paracel e Spratly, no Mar do Sul da China. Em julho de

2016, a RPC isolou a área de Hainan, cobrindo as Ilhas Paracel, dentro do qual realizou exercícios durante um período de uma semana. Beijing emitiu uma declaração oficial afirmando que nenhum outro navio seria permitido na área. Esta afirmação evocou respostas acentuadas de várias partes, inclusive do Vietnã, que protestaram vigorosamente contra os pontos de prospecção de petróleo em águas que, na opinião de Hanói, pertenciam ao Vietnã. Outros críticos da ação chinesa argumentaram que a proibição dos navios entrarem na área vai de encontro aos princípios do direito internacional (KAPLAN, 2014).

Contra o pano de fundo dessa intensa e onipresente insegurança, a RPC percebe o aprofundamento dos laços entre a Índia e o Vietnã, especialmente a assinatura de um acordo de exploração conjunta de petróleo no Mar do Sul da China em outubro de 2011, com um grau de suspeita. Na realidade, o ponto de partida da cooperação foi a assinatura de um Contrato de Partilha de Produção (PSC), em maio de 1988, entre a Hydrocarbon India Ltd e Petro Vietnam. Com esse acordo, a empresa indiana foi autorizada a explorar gás no Bloco 06.1, que responde por cerca de 50% da demanda de gás do Vietnã (RAMAN, 2014; LIM, 2011).

A RPC fez o seu descontentamento ser conhecido alertando a Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) Videsh da Índia, em parceria com a British Petroleum e Petro Vietnã, contra a realização de projetos de exploração na costa vietnamita. Isso, na visão chinesa, equivale a uma violação da soberania da RPC. A Índia, por outro lado, deixou clara a sua posição com igual postura, afirmando que iria adiante com seus planos de exploração conjunta, pois estaria dentro dos legítimos direitos do Vietnã, e, portanto, continuaria com seus esforços de exploração (RAMAN, 2014; LIM, 2011).

Os chineses entenderam a postura indiana como uma maneira de desafiar a crescente presença da RPC no Oceano Índico. Eles também acusaram o Vietnã de violar o acordo assinado com a RPC na resolução de litígios marítimos no Mar do Sul da China, em

junho de 2011. Eles concordaram em abordar as questões através de negociações pacíficas para evitar ações que poderiam complicar o seu relacionamento, mas o Vietnã foi adiante com seu acordo com a Índia sobre os esforços de exploração, e isso foi visto pela RPC como violação de confiança e respeito mútuo. Para Índia agora a questão é proteger seu relacionamento com a RPC, ao mesmo tempo mandar uma mensagem clara e firme de que perseguirá seu interesse nacional (RAMAN, 2014; LIM, 2011).

A RPC demonstrou, em mais de uma ocasião no passado, seu descontentamento sobre as atividades indianas no Mar do Sul da China. Em 1958, as autoridades chinesas se opuseram a uma embarcação da Marinha indiana quando navegava cerca de 12 quilômetros do litoral chinês. Portanto, bem fora do então internacionalmente aceito padrão de três milhas, correspondente ao alto mar (SHARMA, 2011).

Em 2000, a Marinha indiana transitou pelo Mar do Sul da China e anunciou exercícios na área. Este plano indiano foi percebido pela RPC como um desafio direto, pois considera todo o Mar do Sul da China como suas águas. O incidente mais recente envolvendo o INS Airavat mostrou que as percepções chinesas permanecem tão carregadas quanto no passado. Em julho de 2011, por ocasião da visita amistosa desse navio ao Vietnã, houve um contato rádio realizado por um Navio da Marinha chinesa não identificado. O INS Airavat partia do porto vietnamita de Nha Trang para o porto de Haiphong, quando a uma distância de 45 milhas náuticas da costa vietnamita no Mar do Sul da China, foi contatado em canal aberto de rádio por um interlocutor que se identificou como “Marinha chinesa” afirmando “você está entrando em águas chinesas”. O interlocutor se identificou como oficial da Marinha do PLA (PLA *Navy's officer*), e avisou a embarcação indiana que estava entrando nas águas territoriais da RPC e, portanto, deveria sair de lá. No entanto, o navio indiano ignorou as mensagens de rádio e continuou (SHARMA, 2011).

Na atualidade, a interseção de interesses entre Índia e RPC está indo além do Mar

do Sul da China. A Ásia Ocidental e a África tornaram-se palco de disputas por recursos e mercados para seus produtos. Ambos os países compartilham uma relação de paz, mas com potencial de se tornar hostil. Entretanto, avaliando os eventos passados, e apesar da troca de palavras hostis e posturas assertivas de tempos em tempos, é improvável que a Índia seja atacada militarmente pela RPC, especialmente no atual momento, onde os países da região estão forjando mais laços com os EUA, Japão e Índia, devido à crescente assertividade da RPC.

O Mar do Sul da China é importante para os interesses indianos, pois proporciona um caminho para uma maior integração econômica. Não é só uma ligação marítima estratégica entre os Oceanos Pacífico e Índico, mas também um portal vital para as rotas no leste da Ásia. Além de ajudar no suprimento de energia para países como Japão e Coréia, a Índia tem como diferencial o transporte de óleo de Sakhalin<sup>11</sup> para Mangalore, através das rotas marítimas do Mar do Sul da China. Portanto, é vital que a Índia tenha acesso à região. Se a RPC continuar com sua postura em relação a estas águas, será difícil para a Índia continuar com suas atividades através deste canal. A Índia, sem dúvida, procura estabelecer-se na região e avançar seus interesses econômicos e estratégicos.

A atual postura Indiana vai na direção de desempenhar um papel proativo na região, mantendo-se fora das disputas diretas. No entanto, para a RPC, qualquer interferência externa, mesmo que da Índia, será tomado como uma violação da jurisdição chinesa e não será tolerada. Apesar disso, seria do interesse da Índia continuar com seus projetos (BAKER, WIENCEK, 2002).

Adicionando outra dimensão, não se pode ignorar que o fator econômico é um dos pontos-chaves nas relações entre estados-nação. Ceder em qualquer tipo de conflito armado pode resultar no bloqueio de LCM vitais, através das quais mais da metade da tonelagem da

---

<sup>11</sup> Trata-se da Ilha de Sacalina (Rússia – Sibéria), onde uma empresa indiana tem um projeto de exploração de petróleo offshore – nota do autor



frota mercantil mundial transita pelos Estreitos de Malaca, Lombok e Sunda, com a maioria seguindo pelo Mar do Sul da China. Isso impactaria o crescimento econômico, não importando se o dano infligido é maior ou menor em comparação ao adversário. (BAKER, WIENCEK, 2002).

### 3.2.2 Relação China-EUA no Mar do Sul da China

Além dos recursos e vias marítimas vitais, a região é indispensável aos interesses dos EUA, onde possuem aliados e precisam conter a assertividade da RPC, vendo as águas como criticamente estratégicas. Esta posição, no entanto, enfurece a RPC. A longa disputa entre a RPC e seus vizinhos do Sudeste Asiático sobre o controle do mar tornou-se repentinamente uma nova fonte de tensão entre os EUA e a RPC (O'ROURKE, 2018).

Em maio de 2018, dois navios de guerra dos EUA, o Cruzador USS Antietam e o Destroier USS Higgins, realizaram uma passagem a 12 milhas náuticas de distância das Ilhas Parcel, no Mar do Sul da China, acelerando a escalada de tensão entre EUA e RPC na região. Dois dias depois, o Secretário de Defesa norte-americano, James Mattis, afirmou que em função daquelas águas serem internacionais, a presença militar dos EUA na região persistiria, e que, da mesma forma, diversos países almejam a liberdade de navegação (O'ROURKE, 2018).

Mattis contesta a postura do governo chinês, militarizando o Mar do Sul da China, contrariando as promessas do Presidente Xi Jinping, quando em visita aos EUA. A declaração de Mattis foi considerada uma ingerência nos assuntos intrínsecos da RPC pelo alto escalão da Academia de Ciências Militares do Exército de Libertação Popular da China (O'ROURKE, 2018).

Em junho de 2018, a crescente presença das instalações militares chinesas no Mar do Sul da China é claramente identificada por imagens de satélite. As disputas regionais,

contudo, datam de muito antes (O'ROURKE, 2018).

A RPC agora tem como seu principal interesse, uma solução pacífica do Mar do Sul da China. Entretanto, ela e os EUA diferem quanto ao conceito de liberdade de navegação, que foi estabelecido por lei internacional. A CNUDM de 1982 codifica o Artigo 90, afirmando que “Todo Estado, seja costeiro ou sem litoral, tem o direito de navegar com navios arvorando sua bandeira no alto-mar.<sup>12</sup>”(SABHA, 2016).

A CNUDM também declara no Artigo 87 que “a liberdade de alto-mar é exercida nas condições estabelecidas por esta convenção e por outras regras do direito internacional...<sup>13</sup>” e que “Estas liberdades serão exercidas por todos os Estados com o devido respeito pelos interesses de outros Estados no exercício da liberdade do alto-mar.” Durante a 17<sup>a</sup> reunião do Fórum Regional da ASEAN em Hanói, no Vietnã, em julho de 2010, a Índia se juntou a outros países para declarar abertamente que o Mar do Sul da China deve permanecer aberto à navegação (SABHA, 2016).

No entanto, a RPC possui uma visão alternativa; contesta a “liberdade de navegação”, dizendo que não há águas internacionais no Mar do Sul da China e que a RPC deve agir com força para repelir a interferência dos EUA na área contestada (COLE, 2011).

Houve uma série de confrontos entre os EUA e a RPC no Mar do Sul da China. O governo chinês alertou empresas petrolíferas dos EUA para não se envolverem em atividades conjuntas de exploração de petróleo com outras nações (SHANKER, MAZZETTI, 2009).

Em janeiro de 2018, o navio da marinha americana O “USS Hopper” navegou nas proximidades da Ilha de Huangyan, dentro das 12 milhas náuticas, sem avisar Pequim. A região se encontra a 230 km das Filipinas no Mar do Sul da China, conhecido também como Recife de Scarborough, reivindicado pelas Filipinas e por Taiwan. O porta-voz do Ministério

<sup>12</sup> *Every State, whether coastal or land-locked, has the right to sail ships flying its flag on the high seas – tradução nossa.*

<sup>13</sup> *Freedom of the high seas is exercised under the conditions laid down by this Convention and by other rules of international law – tradução nossa.*

das Relações Exteriores da RPC, Lu Kang, afirmou que o “USS Hopper” violou a soberania e os interesses da RPC e se constituiu uma grave ameaça à segurança dos chineses da região. O navio americano se somou à operação da 7ª Esquadra, segundo o site da Marinha dos EUA. Acrescenta que sua missão se referia à cooperação em matéria de segurança (...) e à realização de operações de rotina na zona (NAVYTIMES, 2018).

Autoridades chinesas fizeram declarações claras afirmando que os EUA não são um Estado requerente para a disputa do Mar do Sul da China, que seria melhor deixar a disputa para ser resolvida entre os estados reclamantes. O vice-ministro das Relações Exteriores, Cui Tiankai, fez o seguinte comentário: “Alguns amigos americanos podem querer que os EUA ajudem nessa questão. Nós apreciamos seu gesto, mas, quanto mais frequentes forem tais gestos, mais se tornam complicadas as coisas. Se os EUA quiserem desempenhar um papel, podem aconselhar cautela para os países que tomaram medidas provocativas e pedir que eles sejam mais responsáveis em seu comportamento. Eu acredito que os países individualmente estão realmente brincando com fogo e espero que o fogo não seja atraído para os EUA” (WEE, 2017, tradução nossa).

Um aspecto importante é que a RPC, que é membro da CNUDM e, tendo assinado e ratificado, a está violando para defender seus interesses. Os EUA não assinaram a CNUDM e estão usando suas normas para defender seus aliados na região e para provocar a RPC com suas *Freedom of Navigation Operations*, passando navios no limite do mar territorial (pela CNUDM) chinês de 12 milhas.

O papel dos EUA neste contexto no Mar do Sul da China pode ser mais bem compreendido resumindo as opiniões de Mark J. Valencia em *The China South Sea: Back to the future?*<sup>14</sup>, Publicado em dezembro de 2008 pela Global Ásia:

O crescimento do poder naval chinês pode desafiar a intenção dos EUA de desempenhar um papel de liderança na Ásia. Os EUA consideram que sua presença na região é importante para a paz e a estabilidade na região. Eles acreditam que é sua responsabilidade estar envolvidos nos assuntos internacionais, a fim de

<sup>14</sup> O Mar do Sul da China: De Volta para o Futuro? - tradução nossa.

disseminar a democracia e as leis internacionais; para nos manter suas empresas e demais interesses protegidos; para garantir suas importantes LCM, etc. Os EUA estão tentando elevar seu relacionamento com os países da ASEAN e construir laços de defesa, tornando-os parceiros estratégicos (tradução nossa).

A questão que surge é se os EUA estão tentando contrabalançar ou conter a RPC, ou se estão tentando proteger seus interesses econômicos e estratégicos. Além disso, a crescente fricção entre a RPC e seus vizinhos nos últimos tempos forneceu aos EUA uma oportunidade de se afirmar no Mar do Sul da China.

## 4 ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA NO MAR DO SUL DA CHINA

### 4.1 CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA

O poderio militar da RPC, que desfruta do status de potência militar robusta, vem sendo alavancado pelo crescimento da sua capacidade econômica. Seu produto interno bruto (PIB) cresce a altas taxas há décadas, tornando-a ainda em 2011 a segunda maior economia mundial. O mundo tem testemunhado um acelerado crescimento do seu programa de modernização militar.

Por ocasião do enfraquecimento da URSS na década de 1980 e a consequente queda do nível da ameaça em relação à RPC, a MEPL ainda pautava suas operações à defesa de litoral e ao combate das ameaças em terra, em apoio ao EPL. Com o novo Comandante-em-Chefe da MEPL, o Almirante Liu Huaqing<sup>15</sup>, em 1982 teve início uma série de mudanças na estratégia do MEPL. Ele direcionou a MEPL a um estudo mais detalhado do seu entorno estratégico, atualizando o status da sua análise da conjuntura, adequando a estratégia chinesa às novas necessidades (LI, 2009).

Em decorrência desse estudo, uma nova formulação do conceito estratégico chinês surgiu, focando na necessidade da MEPL de abandonar a antiga concepção estratégica de *Near-coast defense*<sup>16</sup>, saindo de uma postura basicamente defensiva para a assertividade nas operações militares, adequada às imposições dos conflitos regionais na sua periferia, dando início à implantação da nova estratégia *Near-seas active defense*<sup>17</sup> (LI, 2009).

Na conceituação do Almirante Liu Huaqing foram definidos os limites do *Near-seas*, abrangendo os Mares Leste e Sul da China, o Mar Amarelo, as Ilhas Spratly e Taiwan, o norte do Oceano Pacífico, interiores da 1ª Cadeia de Ilhas e as águas costeiras da RPC. As

<sup>15</sup> O almirante Liu Huaqing (1916-1995) foi comandante da MEPL de 1982 a 1988 e é considerado um dos maiores estrategistas navais da RPC, sendo responsável pelo envolvimento da MEPL em questões internacionais e pelo acelerado desenvolvimento da MEPL (HARTNETT, 2014).

<sup>16</sup> Defesa de Litoral – tradução nossa.

<sup>17</sup> “Near-seas active defense” - defesa ativa em área marítima aproximada, tradução nossa.

regiões abrangidas por essa estratégia estão além da área marítima sob jurisdição legítima da RPC, compreendendo também as possíveis de serem utilizadas por nações com interesses divergentes da RPC (EUA, 2009; SHARMAN, 2014).

Com o novo status de força estratégica, a MEPL direcionou suas operações para o espaço marítimo aproximado, deixando o conceito de *near coast defense*. Segundo Nan Li, o espaço geográfico de atuação da MEPL não incluiria o Oceano Índico e o Pacífico por considerá-las áreas marítimas afastadas. Contudo, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) seria sobrepujada (LI, 2009).

Os objetivos estratégicos desse novo momento da estratégia naval da RPC foram listados atendendo algumas das velhas aspirações chinesas, como contribuir para ações de reunificação de Taiwan à RPC, proteger os recursos naturais marinhos, dissuadir e defender o Estado chinês de agressões oriundas do mar e proteger suas LCM. Para desenvolvimento de tais objetivos da nova estratégia, a MEPL passou a ter maior autonomia, passando a operar em áreas de maior interesse, desenvolvendo novas capacidades (HARTNETT, 2014).

Na visão de Liu, inicialmente a MEPL não teria condições de desenvolver rapidamente as capacidades necessárias para levar a termo o seu conceito estratégico, devendo manter-se no papel primário de orientar o planejamento de forças chinesas (HARTNETT, 2014 e LI, 2009).

Diante dessa estratégia, quatro principais capacidades necessitavam ser desenvolvidas pela MEPL: defender as LCM chinesas no “*Near-seas*”; manter poder combatente até o limite dos territórios marítimos chineses; controlar área marítima limitada em tempo e espaço e estabelecer uma dissuasão nuclear crível (HARTNETT, 2014).

No intuito de atender a nova estratégia, dois novos conceitos-chaves surgiram, orientando o desenvolvimento e modernização das capacidades da MEPL: *informationization*

e *non-contact warfare*. O primeiro estabelece o vínculo entre as armas modernas de longo alcance com os elevados recursos e necessidade de sistemas precisos de coordenação de dados a longas distâncias. Sendo assim, inclui modernos sistemas de comando e controle e meios para interromper as informações do inimigo, tais como: interferência eletrônica e ataques cibernéticos. Já o segundo conceito, *Non-contact warfare*, emprega armas e plataformas em ataques de precisão de fora da zona de defesa inimiga. Seu foco está nas armas de longo alcance lançadas a partir de meios navais, aviões ou de plataformas em terra (EUA, 2009).

Com o lançamento da Classe Xia, primeiro submarino nuclear lançador de mísseis balísticos, a MEPL esperava um aumento considerável da capacidade operacional, tornando-o a peça chave da força de dissuasão nuclear chinesa. Novos navios, já dentro do novo conceito *Informationization* foram comissionados: vários Contratorpedeiros e Fragatas, com maior deslocamento e comprimento, integrados com sistema de comando e controle avançados, com capacidade de designar alvos automaticamente, conferindo maior capacidade de operar em áreas marítimas afastadas do litoral chinês (XIAOXING, 2013 e LI, 2009).

Com o redirecionamento dos objetivos estratégicos, orientados pelo pensamento estratégico naval chinês, a MEPL passou a contribuir assertivamente para ações de reunificação de Taiwan à RPC, proteger as LCM, dar ênfase à proteção dos recursos marinhos e, principalmente, dissuadir e defender o Estado de agressões oriundas do mar.

Com o declínio da hipótese de emprego contra a URSS, que balizava a defesa próxima ao litoral, o pensamento estratégico naval chinês rumou em direção às águas afastadas que, coadunadas com as novas capacidades navais dos novos meios, impulsionou a crença de ser o momento adequado a essa mudança estratégica.

Diante da percepção do crescimento da indústria de defesa chinesa, originado primordialmente pelo lançamento do submarino nuclear Xia, a capacidade operacional não

acompanhou no mesmo compasso, nem todos os novos empreendimentos da nova estratégia foram considerados um sucesso, alguns deles apresentaram graves problemas operacionais, sendo avaliados por muitos estudiosos até mesmo como um desastre. O submarino Xia está dentro desse contexto, pois nunca chegou a operar além das águas costeiras chinesas, sendo também ruidoso e lento, com baixa confiabilidade em sua planta nuclear, além de problemas no sistema de lançamento de mísseis, enquadrado pelos seus desenvolvedores dentro de um processo de tentativa e erro (LI, 2009).

#### 4.2 AMPLIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA NO MAR DO SUL DA CHINA

Para entender a ampliação da estratégia naval da RPC no Mar do Sul da China, vale considerar o relatório do Pentágono sobre *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China, 2017*<sup>18</sup>, que pode ser resumido como: A RPC tem alavancado seu crescente poder para afirmar suas reivindicações de soberania sobre os recursos nos mares do Leste e do Sul da China (EUA, 2017).

Como parte do programa de modernização militar, a RPC tem mudado a base de recursos da Esquadra do Mar do Norte da MEPL para a Esquadra do Mar do Sul, no Mar do Sul da China. A MEPL vem fazendo um grande esforço para tornar a Esquadra do Mar do Sul mais forte, expandindo suas capacidades e posicionando uma forte estratégia e presença militar convencional ao largo da costa sul. Este movimento da RPC criou um ambiente desconfortável as grandes potências. Ele também tem ocasionado impacto nas rivalidades regionais e na dinâmica do poder (EUA, 2017).

A Esquadra do Mar do Sul expandiu-se extensivamente desde a sua criação, tendo capturado as Ilhas Paracel do Vietnã no ano de 1974 e ocupado um número de ilhas no arquipélago de Spratly em 1988. A mudança significativa nas percepções das ameaças

---

<sup>18</sup> Desenvolvimentos Militares e de Segurança Envolvendo a República Popular da China – tradução nossa



chinesas, com o aumento do interesse no Mar do Sul da China, fez com que a RPC começasse a mudar suas prioridades para a Esquadra do Mar do Sul. Conseqüentemente, desde o final dos anos 80, a RPC tem procurado desenvolver uma força naval de águas azuis, capaz de operar em regiões além de suas águas “*offshore*”(BATEMAN, HO, 2010).

A este respeito, a RPC tem seguido uma estratégia de três estágios para construir suas capacidades navais. A primeira etapa é uma capacidade naval bem modernizada, que pode operar dentro do perímetro da primeira cadeia de ilhas (FIG. 4), isto é, do Japão no Norte a Taiwan e às Filipinas no sul. A segunda etapa compreende o desenvolvimento de uma força regional que pode operar além da primeira cadeia de ilhas, que inclui Guam, Indonésia e Austrália. O estágio final seria a construção de uma força global em meados do século XXI. A RPC tem seguido esta estratégia de desenvolvimento em três etapas para continuar a modernização da defesa nacional e das forças armadas. O primeiro passo foi para estabelecer uma sólida base até 2010, o segundo, realizar progressos maiores até 2020 e o terceiro para alcançar o objetivo estratégico de construção de forças armadas informacionalizadas<sup>19</sup>, capazes de vencer a guerra tecnológica do século XXI. Portanto, a MEPL está se transformando rapidamente em uma força naval moderna pautada na combinação de armas com capacidades nucleares e convencionais (BATEMAN, HO, 2010).

O programa de modernização tem se beneficiado do investimento pesado que o Governo chinês tenha feito no desenvolvimento de hardware e tecnologia da informação. Fora isso, muitos equipamentos atingiram a maturidade e alguns estarão operacionais nos próximos anos. A estratégia das duas cadeias de ilhas da RPC baseia-se na conceituação do seu domínio marítimo como de jinan (inshore) para jinhai (offshore), alterando a foco de defesa de costa para defesa ativa em área marítima aproximada. Assim, a RPC previa três anéis concêntricos

---

<sup>19</sup> Conceito que abrange um amplo âmbito e inclui armamento baseado em inteligência além de todos os elementos de comando, controle, computador, comunicações, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR) e componentes tradicionais da guerra de informação – *Institute for Defense Studies and Analyses (IDSA)* – tradução nossa.

em sua estratégia marítima de controle do mar / negação para garantir a segurança de suas rotas marítimas e seus interesses marítimos (O'ROURKE, 2018).

A MEPL está atualmente estruturada em três Esquadras (FIG. 5), cada uma com um foco geográfico: Esquadra do Norte, no Mar Amarelo, Esquadra do Leste, no Mar do Leste da China e Esquadra do Sul, no Mar do Sul da China. As Esquadras são apoiadas por cerca de dez grandes bases navais. Cada esquadra tem sob seu comando uma força aeronaval, bases de apoio, flotilhas, comandos da guarnição marítima, divisões de aviação e brigadas marinhas<sup>20</sup> (CHINA, 2018)

A RPC está construindo uma base subterrânea para seus submarinos nucleares em Sanya na Ilha Hainan, no Mar do Sul da China. Esta base terá o potencial para acomodar cerca de vinte submarinos nucleares e porta-aviões, dando assim a MEPL capacidade de dissuasão em tempos de hostilidade. O primeiro dos submarinos Classe Jin<sup>21</sup> já foi implantado em sua nova base na ilha. A MEPL envolveu-se também na construção em larga escala de novos navios patrulha que serão usados para manter o monitoramento e a presença no Mar do Sul da China (O'ROURKE, 2018).

A MEPL está aumentando a força da Esquadra do Mar do Sul visando a incrementar sua capacidade de guerra anfíbia. Atualmente, a MEPL incorpora a mais moderna força submarina na Ásia, e eles esperam usar a força de submarinos como um meio de dissuasão em apoio a sua estratégia naval. Desenvolveu e implantou quatro novas classes de submarinos, incluindo a Classe Jin, submarino nuclear lançador de mísseis balísticos, a Classe Shang, submarino nuclear de ataque e Classes Yuan e Song, que são ambos modernos submarinos de ataque convencionais. Esses submarinos estão armados com mísseis de cruzeiro antinavio, torpedos guiados a fio e seguidores de esteira (*wake-homing*) e minas. Além disso, é esperado que cada submarino Classe Jin seja armado com mísseis balísticos

---

<sup>20</sup> Brigada da *Republic of China Marine Corps* – Brigada de Fuzileiros Navais da RPC – tradução nossa.

<sup>21</sup> É uma classe de submarino de mísseis balísticos desenvolvida pela RPC para a Força Submarina da Marinha do Exército Popular de Libertação – nota do autor.

nucleares JL-2<sup>22</sup>. Um dos principais pontos focais do programa de modernização naval da MEPL tem sido o desenvolvimento de novos submarinhos nucleares, bem como submarinos diesel-elétricos (COOPER, 2009).

A RPC introduziu uma série de novos meios, de desenvolvimento próprio, e vem chamando a atenção de outros países pela rapidez no desenvolvimento. Merecem destaque alguns projetos: o Destroyer Guangzhou e os já mencionados submarinos nucleares balísticos e de ataque Classes Jin e Shang. A MEPL já possui dez submarinos nucleares e mais de 50 submarinos diesel-elétricos. A Esquadra do Mar do Sul da China vem melhorando o combate nas três dimensões, superfície, submarina e aérea, com numerosos exercícios nos últimos anos (COOPER, 2009).

A RPC tem um inventário de minas e uma força de submarinos de ataque bem estabelecida. Também tem trabalhado na construção de novos destroyers e fragatas. Tem um destroyer Classe Sovremenny, de origem russa, com avançados mísseis de cruzeiro antinavio, e está construindo oito novas classes de destroyers autóctones e fragatas. Estas fragatas terão a capacidade de defesa de aérea e também de realizar missões anti-superfície de longo alcance, com mísseis de cruzeiro supersônicos (COOPER, 2009).

Observando o crescimento do poder naval Chinês dia após dia, os países reclamantes, assim como os terceiros envolvidos nos litígios marítimos estão respondendo visivelmente ao gradual movimento da RPC para as águas do Mar do Sul da China, com óbvias suspeitas. Países como Singapura, Malásia, Indonésia e até mesmo o Vietnã estão ficando com suas esquadras prontas e estão tentando obter o poder naval necessário para se proteger contra a RPC.

---

<sup>22</sup> O JL-2 foi projetado para levar múltiplas ou uma única ogiva, essas ogivas rendem de 25 quilotons a 1 megatons, o designer foi Huang Heilu, o seu alcance lhe permite atingir o Hawaii, Alasca, Rússia, Índia entre outros (EUA, 2017).

#### 4.2.1 Síntese dos Elementos do Poder Marítimo no Mar do Sul da China

A expressão do poder marítimo é melhor compreendida quando observados alguns importantes elementos. Os seis elementos do poder marítimo de Mahan: conformação física do país; posição geográfica, caráter nacional, extensão territorial, contingente populacional, e caráter do governante, serão analisados frente a realidade à imposta na RPC.

No aspecto da conformação física do país, analisando o formato do litoral da RPC, as LCM de distribuição interna de mercadorias, bem como de escoamento interno dos produtos destinados ao mercado internacional apresentam condições favoráveis, tomando-a um fator de força (SCHOLVIN, BURILKOV, 2013).

A preocupação em manter a MEPL e o EPL consolidados ocupa plano central no ideário chinês. Segundo Mahan, a posição geográfica deveria nortear as decisões estratégicas de um Estado (SCHOLVIN E BURILKOV, 2013).

Segundo Mahan, o caráter nacional da população reflete o engajamento da população nos assuntos marítimos. Conceito esse alinhado com o interesse da população na expansão de sua economia, tornando necessária uma maior presença naval chinesa no Mar do Sul da China e no Oceano Índico (SCHOLVIN, BURILKOV, 2013).

No que se refere à extensão territorial, abrangendo as posições geográficas e a tipologia do litoral com suas baías de diversas formas, a MEPL criou posições estratégicas onde suas esquadras, para efetivar a necessária proteção marítima, foram divididas em Esquadra do Norte, do Leste e do Sul. Além de contemplar modernização dos meios ao longo de todo o litoral da região (SCHOLVIN E BURILKOV, 2013).

Em 2015, a RPC possuía um contingente populacional com mais de um bilhão de pessoas, possuindo também a quarta maior frota de mercantes em ordem de tonelagem, o que representa uma relevante quantidade de homens envolvidos em atividades marítimas, constituindo um contingente populacional potencialmente alto. O Governo chinês tem

empenhado esforços na capacitação de pessoas, integrando vários setores do país em prol de uma defesa nacional mais eficiente e efetiva (CHINA, 2016).

A RPC é um país onde há diversos centros econômicos localizados na costa, dando ainda mais relevância ao aspecto geográfico do poder marítimo. Esses centros econômicos têm facilitado a projeção de poder marítimo, uma vez que há portos modernos, pessoal tecnicamente qualificado para o desenvolvimento de armamentos e também para a indústria naval (SCHOLVIN, BURILKOV, 2013).

Para Mahan o Estado deveria ter a capacidade de formar homens públicos que defendessem os interesses nacionais, fomentando o poder naval e tornando-o a principal preocupação do governo. A RPC vem, através dos anos, conduzindo a população a explorar melhor o poder marítimo, criando mais portos e modernizando a frota de navios mercantes, refletindo o posicionamento governamental do país (MAHAN, 1890; SCHOLVIN, BURILKOV, 2013).

Segundo Mizokam, o crescimento da MEPL deve atingir 415 navios até 2030, investindo em aquisições de destroieres e navios anfíbios, modernizando assim, seus meios navais.

Conforme citado no capítulo 2, Mahan pondera que a formação de alianças é essencial ao desenvolvimento do poder marítimo do Estado, garantindo rotas comerciais em tempos de paz e apoio em tempos de guerra. Para consolidação do poder marítimo, a RPC vem buscando alianças no seu entorno estratégico, indicando interesse em ascender de forma pacífica, baseado no benefício mútuo, tentando conter a interferência dos EUA, protegendo assim a chamada **nova rota marítima da seda**<sup>23</sup> (FIG. 6) (grifo nosso).

<sup>23</sup> PAUTASSO, Diego e Ungaretti Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. Belo Horizonte. 13 jan. 2017. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n3p25/11369>>. Acesso em 13 jul. 2018.

Conjunto de ambiciosos projetos do Governo chinês com o objetivo de consolidar as relações da RPC com a Ásia, a Europa e a África. A Nova Rota da Seda é a recriação do sistema sinocêntrico, que pode ser entendida como um Plano Marshall com características chinesas. Ela fortalece os vizinhos, contribui para o crescimento e os coloca em um sistema projetado por Beijin. LIMA, Marcos Paulo. Nova Rota da Seda e a

#### 4.2.2 Principais Pontos Focais de Interesse Chinês no Mar do Sul da China

O objetivo da análise dos principais pontos focais é possibilitar contextualizar a influência chinesa nos principais arquipélagos presentes no Mar do Sul da China. No presente capítulo, iremos expor os seguintes pontos focais: o Estreito de Malaca, Hong Kong, Ilhas Spratly e Taiwan, revelando circunstâncias que definem a área marítima entre eles como de vital importância para a estratégia naval da RPC no Mar do Sul da China.

O primeiro ponto focal que será analisado é o Estreito de Malaca, que está localizado entre a península de Malaca e a ilha de Sumatra, unindo o Mar de Andaman, no Oceano Índico com o Mar do Sul da China.

Pelo Estreito de Malaca passam as LCM dos principais portos do mundo, com intenso fluxo de recursos energéticos, mercadorias e equipamentos militares, com trânsito de mais de cinquenta mil navios por ano. A RPC reconhece a importância do estreito e mantém vigilância constante, tentando se antever a qualquer possibilidade de conflito que possa representar uma ameaça a uma das principais entradas de insumos para a economia chinesa. (LISS, 2007).

A RPC propôs à Tailândia a construção de um canal para desviar do Estreito de Malaca no Istmo de Kra, ligando a Baía de Bengala ao Mar do Sul da China. No entanto, o projeto não prosperou. Outra proposta, dessa vez pelos tailandeses, foi a construção de oleoduto/gasoduto pela península de Kra que, devido à falta de investidores também não prosperou. Por mais que ambos os projetos não tenham evoluído até o momento, nada impede um acordo futuro, dividindo o fluxo do Estreito de Malaca (CONJULTURA AUSTRAL, 2015).

A relação comercial petrolífera entre os exportadores de óleo africanos e do Golfo Pérsico e seus clientes asiáticos depende da rota mais curta, através do Estreito de Malaca.

Pelo Mar do Sul da China atravessam anualmente aproximadamente um terço da produção global de petróleo bruto, e cinquenta por cento do gás natural liquefeito mundial. Cingapura e Malásia recebem juntos, em suas refinarias, um milhão e quatrocentos milhões de barris de petróleo bruto por dia, advindos do Estreito de Malaca para refino e envio aos mercados asiáticos através do Mar do Sul da China. Outros destinos do petróleo bruto são a RPC e o Japão, mercado consumidor de vultosa quantidade de energia na Ásia (FIG. 7) (EUA, 2017).

Os EUA, alegando defender a liberdade de navegação no Estreito de Malaca e reconhecendo a importância da região, vem se opondo a crescente presença chinesa. No entanto, a RPC consegue manter relações pacíficas com Singapura e demais países da região, garantindo forte influência no estreito (3SCORPORATE, 2017).

A pirataria na região afeta todos os países com LCM pelo Estreito de Malaca. Ela é praticada por agentes não governamentais que ameaçam o comércio internacional, motivados por questões de mais diversas origens, sendo as mais importantes as políticas, econômicas, religiosas e até mesmo ideológicas (3SCORPORATE, 2017).

O segundo ponto focal importante e que merece ser analisado é Hong Kong, de colonização britânica, hoje em integração ao regime chinês. A forma escolhida ou a única forma de promover essa integração ao Estado chinês foi o sistema conhecido como “um país, dois sistemas”, mantendo de certa forma o modo de vida e economia ocidentais. Devido a colonização britânica, Hong Kong tem sua população dividida, boa parte dela não se identifica como chinesa, impulsionando movimentos separatistas na região (MATHEWS; MA; LUI, 2007).

De forte presença empresarial chinesa, com novos escritórios sendo aberto dia após dia, a região é responsável pela maior parte do investimento externo direto que a RPC recebe. Além da capacidade empresarial, possui superabundância de mão de obra, tornando-a competitiva no mercado internacional na produção de bens, atraindo empreendimentos ao

redor do mundo, principalmente de descendentes chineses que moram fora da RPC (*overseas chinese*) (OLIVEIRA, 1998).

Hong Kong, aos olhos chineses, parece ser um ponto focal menos complicado se comparado aos outros pontos, uma vez que, mesmo com disputas separatistas em plena agitação, a região está inserida no domínio chinês, facilitando a estruturação do poder naval ao longo do litoral.

O terceiro ponto focal que será estudado nesse capítulo é o Arquipélago de Spratly. Com cerca de cento e sessenta mil quilômetros quadrados, com mais de cem ilhas e recifes, a região é reivindicada por diversos países, tais como: Malásia, Taiwan, Filipinas e RPC.

Uma característica marcante em cerca de cinquenta dessas ilhas é a ocupação ser mantida por meio de pequeno contingente de forças militares dos países reivindicantes (CIA, 2018).

Além do arquipélago Spratly, outros pontos de disputa também se destacam no Mar do Sul da China. As Ilhas Paracel, ocupadas basicamente pelo exército chinês, despertam intenso interesse estratégico, possuindo quinze mil quilômetros quadrados de área, sendo trinta ilhas e recifes no Mar do Sul da China. A totalidade de ambos arquipélagos são reivindicados pela RPC e Vietnã (CIA, 2018).

A argumentação chinesa é pautada no fator histórico, alegando que o domínio dos arquipélagos Spratly e Paracel vem desde a Dinastia Yuan (1280-1368). O motor dessa disputa pelas ilhas é a exploração de hidrocarbonetos, uma vez que a região é rica na presença de recursos naturais (PINOTTI, 2015).

Devido às expedições das Dinastias Yuan, Song e Ming e seus registros gráficos rudimentares, o governo da RPC alega que a dominação da região, naquele período, é coincidente com os arquipélagos Spratly e Paracel, tornando-os assim os primeiros a explorar



e estudar o Mar do Sul da China (PINOTTI, 2015).

Todas as Ilhas Parcel e quinze recifes e bancos de areia das Ilhas Spratly estão ocupadas de alguma forma pela RPC, servindo para exploração econômica e militar (PEREIRA, 2004).

Outro reclamante, o Vietnã, alega que fundamentos históricos dão legitimidade a alegação de soberania da região pelo país. Vasta documentação sobre expedições realizadas na região, que hoje abrangem a Ilha Spratly e Paracel, são apresentadas na tentativa de legitimar tal alegação vietnamita (PEREIRA, 2004).

O quarto e último ponto focal que será estudado nesse capítulo, dentre diversos outros existentes na região, será Taiwan. Com a fundação da RPC em 1949, por seu líder revolucionário Mao Tsé Tung<sup>24</sup>, os comunistas chineses expulsaram os nacionalistas do Kuomintang<sup>25</sup> para a Ilha de Formosa<sup>26</sup>. A ilha tornou-se o refúgio do Kuomintang que, com proteção americana, manteve o governo nacionalista, não reconhecendo a República Popular da China, tutelada pelo Partido Comunista da China (DORNELLES JUNIOR, 2007).

Na visão de Beijing, Taiwan ainda é uma província rebelde e que não se tornará independente da RPC. Parte dessa postura se deve ao reconhecimento da importância estratégica da região, justificando o posicionamento assertivo do Governo chinês. Uma possível reunificação de Taiwan à RPC aumentaria a capacidade de projeção de poder naval e aéreo, possibilitando o controle do Mar do Sul da China e Mar da China Oriental, obtendo o controle das principais LCM entre os Oceanos Índico e Pacífico (DORNELLES JUNIOR, 2007).

Diante a importância estratégica de Taiwan, a integração à RPC dificultaria a projeção de poder naval americano na região e, com o controle das principais LCM, o

---

<sup>24</sup> Foi um político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o fundador da República Popular da China – nota do autor

<sup>25</sup> Partido Nacionalista Chinês, opositor a Mao Tsé Tung – nota do autor

<sup>26</sup> Outro nome de Taiwan, originário da época da colonização portuguesa no século XVI – nota do autor

Governo chinês poderia estrangular o Japão através da interrupção do fluxo de importação energética japonesa.

Perante os entraves causados pela intensa disputa pelas ilhas e arquipélagos, a RPC tenta propor uma soberania compartilhada na região do Mar do Sul da China. Aparentemente, a manobra chinesa é conseguir manter as disputas regionalizadas, onde ela é comparativamente mais forte, afastando assim a interferência dos EUA.

## 5 CONCLUSÃO

Com respaldo nos pressupostos teóricos de Mahan, pode-se inferir que por meio da generalização aplicada nos argumentos e nas ocasiões vigentes à época, um Estado poderia induzir o pensamento, adaptando a qualquer época. Um poder marítimo forte seria o ponto chave para um Estado manter crescimento econômico sustentável, com prosperidade e posicionamento internacional, devendo ter uma grande marinha mercante e um poder naval com mobilidade suficiente para controlar e proteger suas LCM de interesse, que seriam motrizes da expansão comercial e do desenvolvimento interno.

Segundo Mahan, o Estado teria que possuir posições vantajosas e pontos de apoio ao longo da costa para proteger e controlar o comércio marítimo, não deixando possibilidade de obstrução do fluxo comercial por forças adversárias. O poder naval seria um instrumento político e diplomático para manter as suas rotas marítimas seguras e livres para o comércio exterior. Para consolidação do poder marítimo, a RPC vem buscando alianças no seu entorno estratégico, indicando interesse em ascender de forma pacífica, baseado no benefício mútuo, tentando conter a interferência dos EUA, protegendo assim a chamada nova rota marítima da seda.

Ao longo dessa dissertação foi exposto que os pressupostos teóricos de Mahan vêm sendo empregados na estratégia naval chinesa para o Mar do Sul da China. Por meio da busca pela hegemonia e expansão marítima, pautada na defesa de seus interesses, a RPC vem expondo suas intenções militares por meio da divulgação dos seus LBD, deixando clara sua política de defesa.

Ao longo da pesquisa foram analisados os fatores geoestratégicos e geopolíticos do Mar do Sul da China que motivaram as grandes potências a dedicarem suas atenções e esforços para esta região, tentando estabelecer uma posição de destaque, visando proteger seus interesses nesta parte do mundo. A região não tem apenas potencial econômico, mas

também valor estratégico. Isso nos dá uma compreensão clara da geografia e geopolítica, bem como da importância geoestratégica do Mar do Sul da China.

A natureza imprevisível das relações internacionais parece ser o desafio chinês. Os EUA surgem como ponto de equilíbrio no Mar do Sul da China, sendo fortes aliados de muitas nações menores na região da Ásia-Pacífico, tentando elevar seu relacionamento com os países da ASEAN e construir laços de defesa, tornando-os parceiros estratégicos. O Governo dos EUA, embora possua o poderio militar para apoiar todas as reivindicações de seus aliados, tende a traçar uma excelente linha diplomática com a RPC. Os laços econômicos entre os EUA e a RPC, mesmo com as recentes medidas restritivas impostas pelos EUA ao aço chinês, por si só, complicam qualquer decisão de enviar assistência militar ou ajuda aos países menores. Ainda é muito cedo para afirmar que o atual cenário de guerra comercial anunciado pelo Presidente dos EUA vá evoluir ao ponto de comprometer a interdependência econômica entre eles.

Nesse cenário, a identificação dos principais atores e suas respectivas relações com a RPC tornou-se fundamental, principalmente com os interesses estratégicos dos EUA na região, onde procuram acesso aos recursos e também conter a expansão chinesa que, mediante diversas reivindicações sobre áreas marítimas, representam uma ameaça.

Na lista dos países requerentes estão Filipinas, Indonésia, Vietnã, Malásia e Brunei, que possuem reivindicações sobre as ZEE de algumas ilhas no Mar do Sul da China e interesse nos recursos da região. O crescimento assertivo da RPC vem afetando os interesses da Índia que, mesmo mantendo-se afastada das disputas no Mar do Sul da China, viu-se obrigada a entrar em cena para assegurar seus interesses comerciais. Com uma postura menos assertiva, a Índia também possui interesses estratégicos e é atraída para as disputas por necessidades energéticas, buscando recursos naturais.

Diante da necessidade de parcerias estratégicas em busca do desenvolvimento

marítimo, a Índia aproximou-se do Sudeste Asiático, principalmente do Vietnã, onde mantém parcerias majoritariamente restritas à exploração de petróleo em conjunto. Os dois países compartilharam não apenas interesses comuns, mas também percepções comuns sobre ameaças.

Quanto aos EUA, sua presença na região ajuda a criar uma força estabilizadora para todos os interessados, ajudando a neutralizar as tensões e não escalonando para hostilidades severas. Hoje, embora a Índia esteja modernizando suas capacidades navais, não há comparação com a RPC. Portanto, com exceção dos EUA, nenhum outro país pode desafiar a supremacia naval da RPC na região. Por outro lado, a Índia deve continuar a engajar medidas francas e de construção da paz com seus aliados da região. Já os compromissos firmados por empresas indianas de exploração de hidrocarbonetos no Mar do Sul da China buscam maiores benefícios econômicos, que podem ser benéficos para a RPC à medida que continua se projetando como o núcleo da economia global do século asiático.

Na presença de tais desafios, ainda na década de 1980, diante ao alargamento dos interesses externos, coadunado com a necessidade de proteção das LCM vitais ao acelerado desenvolvimento econômico chinês, a estratégia naval chinesa se desenvolveu. Assim, a MEPL iniciou sua ampliação de forma sustentável, desenvolvendo novos meios com tecnologia própria, possibilitando atuar de forma independente na defesa do seu tráfego marítimo, demonstrando que o poder naval ganhava novo status dentro da defesa dos interesses nacionais chineses. A MEPL tornava-se uma marinha de águas azuis.

Com o declínio da hipótese de emprego contra a URSS, que balizava a defesa próxima ao litoral, o pensamento estratégico naval chinês rumou em direção às águas afastadas, surgindo os conceitos *Informationization* e *Non-contact warfare* que, coadunado com as novas capacidades navais dos novos meios, impulsionou a crença de ser o momento adequado a essa mudança estratégica, alterando o alcance da atuação da MEPL e a natureza

das operações militares.

Com o redirecionamento dos objetivos estratégicos, orientados pelo pensamento estratégico naval chinês, a MEPL passou a contribuir assertivamente para ações de reunificação de Taiwan à RPC, proteger as LCM, dar ênfase a proteção dos recursos marinhos e, principalmente, dissuadir e defender o Estado de agressões oriundas do mar.

Nesse cenário, o Mar do Sul da China cresce de importância para a RPC, uma vez que assegurar suas LCM é fundamental para a sua economia em ascensão, de forma a manter o fluxo de recursos energéticos por meio do tráfego mercante circulante na região. Diante de tal desafio, a intensificação da presença da RPC no Mar do Sul da China “povoa” as mentes dos estrategistas chineses, interessados em contrapor-se ao crescimento naval indiano e a interferência e ao domínio dos EUA na região.

No entanto, por considerações estratégicas, não seria interesse chinês agravar a situação no Mar do Sul da China, uma vez que poderia deixar de se beneficiar dos recursos da região, ficando limitada a sua própria base de recursos, o que pode não ser suficiente para suas necessidades energéticas. Uma escalada nas tensões poderia comprometer suas fontes de recursos e, principalmente, seu comércio marítimo, que compreende o petróleo proveniente do Golfo Pérsico. Um bloqueio da Índia ou dos EUA nos estreitos de Malaca e Ormuz, interditaria o comércio de energia chinês através do norte do Oceano Índico. Sendo assim, a estabilização das disputas pode ser uma opção viável para RPC.

Conclui-se, portanto, que os fatores geoestratégicos do Mar do Sul da China não favorecem a estratégia naval chinesa e, perante os entraves causados pela intensa disputa pelas ilhas e arquipélagos, a RPC tenta propor uma soberania compartilhada na região do Mar do Sul da China. Aparentemente, a manobra chinesa é conseguir manter as disputas regionalizadas, onde ela é comparativamente mais forte, afastando assim a interferência dos EUA.

## REFERÊNCIAS

- COUTHOU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra, 2010.
- RIBEIRO, Antônio Silva. **Mahan e as marinhas como instrumento político**. Actas do XI Simpósio de História Marítima, Lisboa, Academia de Marinha, 2010. Disponível em: <[www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=569](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=569)>. Acesso em: 07 jun. 2018.
- MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2018.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **O poder marítimo sob o ponto de vista estratégico: uma comparação entre as concepções de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e de Sir Herbert William Richmond (1871-1946)**. Anais do Xix Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, Fortaleza, 2010a. Disponível em: <[http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD\\_XIX/PDF/Autores\\_e\\_Artigos/Francisco\\_Eduardo\\_Alves\\_de\\_Almeida.pdf](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD_XIX/PDF/Autores_e_Artigos/Francisco_Eduardo_Alves_de_Almeida.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- TOSTA, Octávio. **Teorias geopolíticas**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- MAHAN, Alfred Thayer. **The interest of American in sea power, present and future**. Boston, 1897 apud PARET, Peter. Construtores da estratégia moderna. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- VARACALLI, Thomas F. X. **National interest and moral responsibility in the political thought of admiral Alfred Thayer Mahan**. Naval War College Review, Newport, v. 69, n. 2, p. 108-127, mar./jun. 2016. Disponível em: <[http://www.academia.edu/23697505/National\\_Interest\\_and\\_Moral\\_Responsibility\\_in\\_the\\_Political\\_Thought\\_of\\_Admiral\\_Alfred\\_Thayer\\_Mahan](http://www.academia.edu/23697505/National_Interest_and_Moral_Responsibility_in_the_Political_Thought_of_Admiral_Alfred_Thayer_Mahan)>. Acesso em: 24 mai. 2018.
- HOLMES, James R.; YOSHIHARA, Toshi. **Chinese naval strategy in the 21st century**. Nova Iorque: Routledge, 2009.
- TAYLOR, Brian e HAYES, Dennis E. **Origin and History of the South China Sea Basin. Palisades**. Nova Iorque. 03Abr. 2013. Disponível em: <<https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1029/GM027p0023>>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- BATEMAN, Sam e EMMERS Ralf. **Security and International Politics in the South China Sea**. Nova Iorque. 2008.
- PAN, Esther. **The Promise and Pitfalls of China's Peaceful Rise. Council on Foreign Relations**. 14Abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/promise-pitfalls-chinaspeaceful-rise/p10446>>. Acesso em: 16 mai. 2018.
- TEBIN, Prokhor. **South China Sea: A New Geopolitical Node**. 14out. 2011. Disponível em: <<http://www.asiatimes.com>>. Acesso em: 16 mai. 2018.
- BHOCAL, Preety. **India-ASEAN Economic Relations: Examining Future Possibilities**.

Observer Research Foundation, Issue Brief, Issue no 221. 2018. Disponível em: <[https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2018/01/ORF\\_Issue\\_Brief\\_221\\_India\\_ASE-AN.pdf](https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2018/01/ORF_Issue_Brief_221_India_ASE-AN.pdf)>. Acesso em: 16 mai. 2018.

PANT, Harsh. **India and Vietnam: A truly strategic partnership.** Observer Research Fundation. 06Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.orfonline.org/expert-speak/india-and-vietnam-a-truly-strategic-partnership/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

CHAUDHURY, Dipanjan Roy. **India – Vietnam: 45 years, partners in Peace.** The Economic Times. 18jan. 2017. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/india-vietnam-45-years-partners-in-peace/articleshow/56637016.cms>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific.** Nova Iorque, 2014.

RAMAN, B. **India Must Be Wary of China's Shadow in Vietnam Oil Deals.** Firstpost. 18out. 2011. Disponível em:< [www.firstpost.com/world/india-must-be-wary-of-chinas-shadow-in-vietnam-oil-deals-110572.html](http://www.firstpost.com/world/india-must-be-wary-of-chinas-shadow-in-vietnam-oil-deals-110572.html)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LIM, Benjamin in Kang. **China, Vietnam Agree to Resolve Maritime Dispute.** 26Jun. 2011. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-vietnam-idUSTRE75P0-BU20110626>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SHARMA, Rajeev. **India, China Navies Face-Off. 1Set. 2011.** Disponível em: <<https://thediplomat.com/2011/09/india-china-navies-face-off/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BEDI, R. S. **India's Belated Activism: Hard Power Must Back Diplomacy on China** The Tribune. Chandigarh. 28 dec. 2011. Disponível em:< <http://www.tribuneindia.com/2011/20111228/edit.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BAKER, John C., WIENCEK, David G. **Cooperative Monitoring in the South China Sea: Satellite Imagery, Confidence-building Measures, and the Spratly Islands Disputes.** Westport, 2002.

O'ROURKE, Ronald. **Maritime Territorial and Exclusive Economic Zone (EEZ) Disputes Involving China: Issues for Congress.** Congressional Research Service. 24mai. 2018. Disponível em: < <https://fas.org/sgp/crs/row/R42784.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SABHA, Rajya. **Question No 209 Rights of China Over South China Sea.** Ministry of External Affairs. Government of India. 04Ago. 2016. Disponível em:< <http://www.mea.gov.in/rajya-sabha.htm?dtl/27227/question+no209+rights+of+china+over+south+china+sea>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

Cole, J. Michael. **South China Sea All PRC's, op-ed Claims.** 29nov. 2011. Disponível em:<<http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2011/11/29/2003519472>>. Acesso em 10 jun. 2018.

SHANKER, Thom and MAZZETTIMARCH, Mark. **China and U.S. Clash on Naval Fracas.** Washington. 10mar. 2009. Disponível em:<



- <https://www.nytimes.com/2009/03/11/world/asia/11military.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- NAVYTIMES. **China says US warship violated sovereignty near Scarborough**. 20jan. 2018. Disponível em:<<https://www.navytimes.com/news/your-navy/2018/01/20/china-says-us-warship-violated-sovereignty-near-scarborough/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- WEE, Sui-Lee. **China Warns U.S. To Stay Out Of Sea Dispute**. 06dez. 2017. Disponível em:<[https://www.huffingtonpost.com/2011/06/22/china-south-china-sea-dispute\\_n\\_882016.html](https://www.huffingtonpost.com/2011/06/22/china-south-china-sea-dispute_n_882016.html)>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- LI, Nan. **The evolution of China's naval strategy and capabilities: from “near coast” and “near seas” to “far seas”**. Asian Security. Nova Iorque, 2009.
- EUA. Office of Naval Intelligence. **A modern navy with chinese characteristics**, 2009. 51 p. Disponível em: <http://fas.org/irp/agency/oni/pla-navy.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- HARTNETT, Daniel. **The Father of the Modern Chinese Navy - Liu Huaqing**. Center for International Maritime Security. CIMSEC. 2014. Disponível em: < <http://cimsec.org/father-modern-chinese-navy-liu-huaqing/13291>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- XIAOXING, Gao. **La armada del ejército popular de liberación de China**. Beijing, CN: China Intercontinental Press, 2013. (Series del Ejercito Chino).
- BATMAN, Sam and HO, Joshua. **Naval Powers: Implications for Southeast Asia of the Rise of Chinese and Indian**. Nova Iorque, 2010.
- CHINA. **Ministry of Foreign Affairs of The People’s Republic Of China**. 02Fev. 2018. Disponível em:< [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/)>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- COOPER, Cortez A. **The PLA Navy’s New Historic Missions. US-China Economic and Security Review Commission**. 11Jun. 2009, Disponível em:<[http://www.rand.org/pubs/testimonies/2009/RAND\\_CT332.pdf](http://www.rand.org/pubs/testimonies/2009/RAND_CT332.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- SCHOLVIN, Sören and BURILKOV, Alexandre. **Geography and the Maritime Potential of China and Iran**. 2013.
- CHINA. **China’s military strategy**. Beijing, CN: **State Council Information Office of the People’s Republic of China**. 2016.
- LISS, Carolin. **The Privatisation of Maritime Security: - Maritime Security in Southeast Asia: Between a rock and a hard place?** Asia Research Center, Áustralia, n. 11, p.1-27, fev. 2007. Disponível em: <The Privatisation of Maritime Security- Maritime Security in Southeast Asia: Between a rock and a hard place?>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- EUA. Department of Defence. **Annual Report to Congress. Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2017**. Disponível em:<[https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017\\_China\\_Military\\_Power\\_Report.PDF](https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF)>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- PINOTTI, Talita. **China e Vietnã no Mar do Sul da China: Disputas e questões Estratégicas**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, 2015.

3SCORPORATE. **Terrorismo Marítimo e Pirataria**. 2017. Disponível em: <<http://www.3scorporate.com/blog/2017/02/23/terrorismo-maritimo-e-pirataria/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MATHEWS, Gordon. MA, Eric Kit-wai and LUI, Tai-lok. Hong Kong, China. **Learning to Belong to a Nation**. Nova Iorque, 2007.

OLIVEIRA, H. A. **O Significado da volta de Hong Kong para a China**. China em Estudo, São Paulo, 1998.

CIA. **Central Intelligence Agency**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xo.html>>. Acesso em: 01 jul, 2018.

PEREIRA, Rui Pedro Reis. **A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN**. Nação e Defesa, São Paulo out. 2004. Disponível em: <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1350/1/NeD109\\_RuiPedroReisPereira.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1350/1/NeD109_RuiPedroReisPereira.pdf)>. Acesso em: 01 jul 2017.

DORNELLES JUNIOR, Arthur Coelho. **A Crise no Estreito de Taiwan (1995-1996) e as relações entre os Estados Unidos, China e Taiwan**. Cena Internacional, Brasil, 2007. Disponível em: <<132.248.9.34/hevila/CENAIternacional/2007/vol9/no1/3.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

THE ECONOMIC TIMES. **India – Vietnam: 45 years, partners in Peace**. 18jan. 2017. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/india-vietnam-45-years-partners-in-peace/articleshow/56637016.cms>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ÍNDIA. Government of India, **Ministry of Extrenal Affairs**. India –Vietnam Relations 2017. Disponível em: <[https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Bilateral\\_Relations\\_Website\\_Sept\\_17\\_.pdf](https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Bilateral_Relations_Website_Sept_17_.pdf)>. Acesso em: 21jul. 2018.

MAJUMDAR, Munmun. **India’s stakes in the South China Sea**. International Journal of Humanities and Social Science Vol. 3 No. 13. Julho. 2013.

KLAN, Sadruddin Aga. Le Monde Diplomatique Brasil. **À sombra da China, as relações indo-vietnamitas**. Edição 47. 01Jun. 2011. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-sombra-da-china-as-relacoes-indo-vietnamitas/>>. Acesso em: 23jun. 2018

## ILUSTRAÇÕES

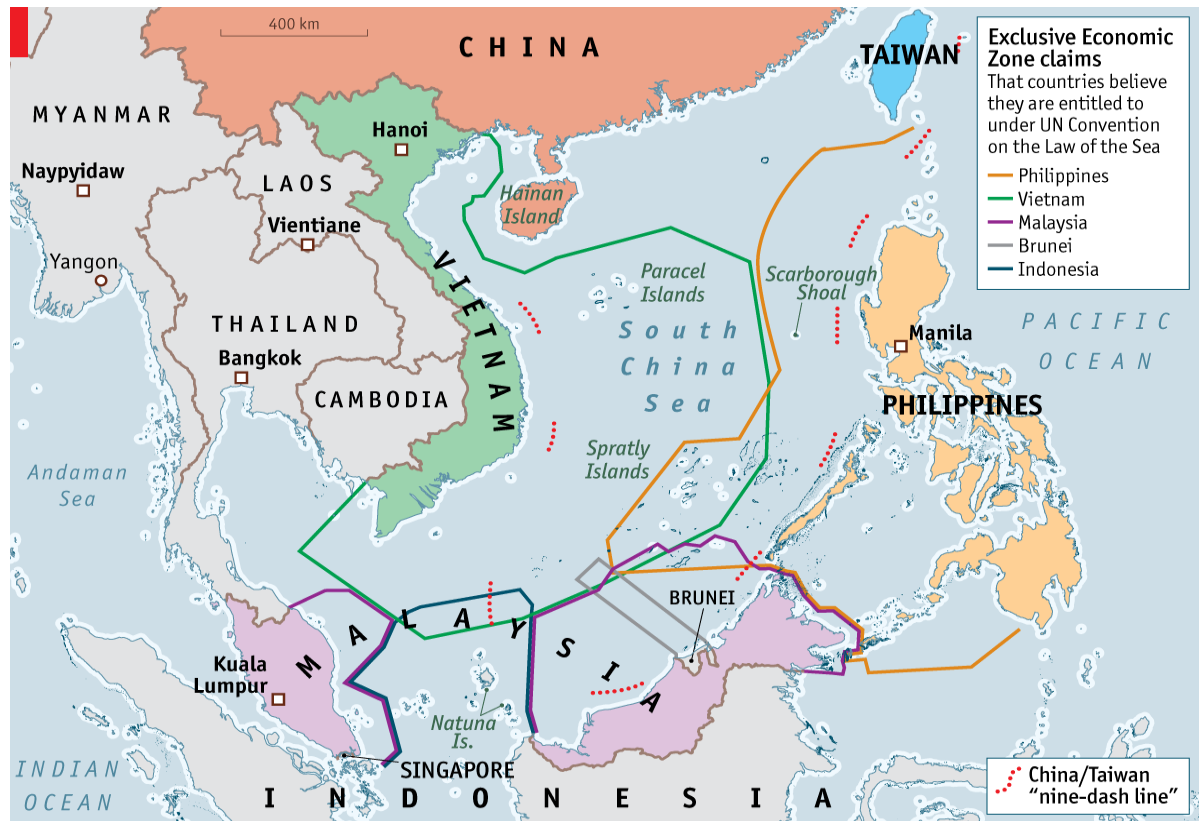


FIGURA 1 – Reivindicações sobre as Zonas Econômicas Exclusivas no Mar do Sul da China.

Fonte: DOD, U. S. Annual Report to Congress, Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2017. Disponível em:

<[https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017\\_China\\_Military\\_Power\\_Report.PDF](https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF)>. Acesso em: 12jul. 2018.



FIGURA 2 – Mapa com as principais áreas marítimas reivindicadas pela República Popular da China nos Mares do Sul e do Leste da China.

Fonte: O'ROURKE, 2014.



FIGURA 3 – fluxo do comércio de petróleo bruto em milhões de barris por dia.

Fonte: The South China Sea. An online resource for students, scholars and policy-makers interested in South China Sea regional development, environment, and security issues. Disponível

em: <[http://www.southchinasea.org/files/2013/02/oil\\_trade\\_flows\\_map-US-EIA-2011.png](http://www.southchinasea.org/files/2013/02/oil_trade_flows_map-US-EIA-2011.png)>. Acesso em 12jul. 2018.



FIGURA 4 – Primeira cadeia de ilhas.

Fonte: Texas University



FIGURA 5 – Disposição geográfica das Esquadras Chinesas

Fonte: *US Department of Defense, Annual Report to Congress, 2012*

## A NOVA ROTA DA SEDA

Projeto do governo chinês terá fundo de US\$ 40 bi

— Rota marítima    — Rota terrestre



FIGURA 6 – Nova Rota da Seda.

Fonte: LIMA, Marcos Paulo. Nova Rota da Seda e a Ascensão Pacífica da China. Jan 2016.

Disponível em: < <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/download/136/137>>.

Acesso em 16Jul. 2018.



### China's Energy Import Transit Routes

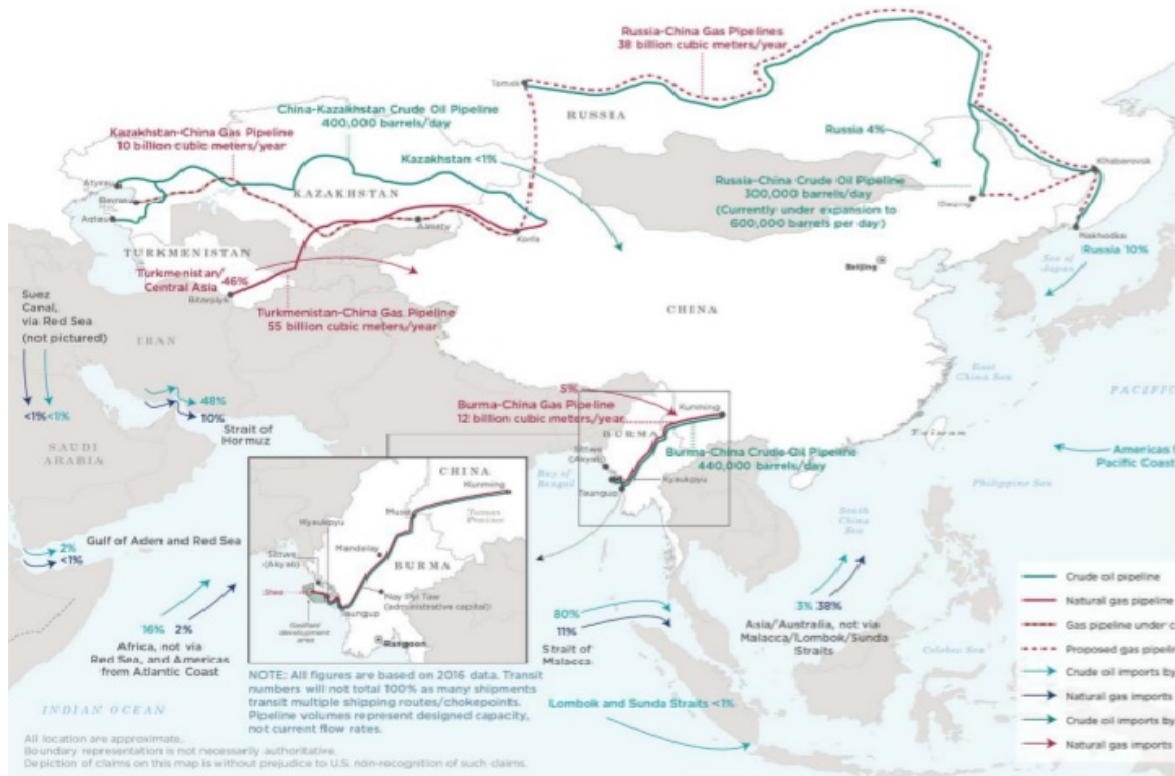


FIGURA 7 – Rotas chinesas de importação de energia

Fonte: DOD, U. S. Annual Report to Congress, Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2017. Disponível em: <[https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017\\_China\\_Military\\_Power\\_Report.PDF](https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF)>. Acesso em: 12jul. 2018.